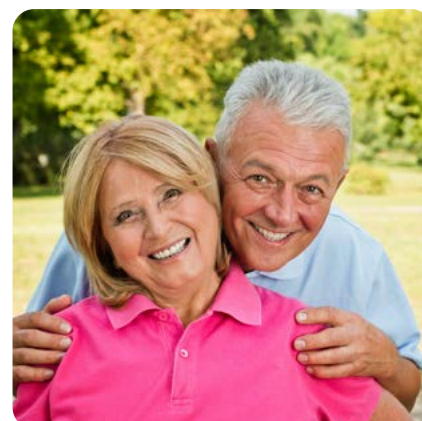
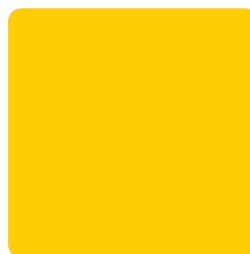


Relatório Anual 2014



Patrocinadores

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

Conselho Deliberativo

Fernando Passos – Presidente (até 16/07/2014)
Romildo Carneiro Rolim – Presidente (a partir de 17/07/2014)
Romildo Carneiro Rolim – Vice-Presidente (até 16/07/2014)
Stélio Gama Lyra Júnior- Vice-Presidente (a partir de 17/07/2014)
José Jurandir Bastos Mesquita
José Nilton Fernandes
Ailton Carvalho dos Santos
Paulo Eduardo Andrade Patrício

Conselho Fiscal

Izabel Christina de Carvalho Colares Maia - Presidente
Ricardo Vaz Bezerra - Vice-Presidente
Lúcia de Fátima Barbosa da Silva
Luiz Sérgio Farias Machado

Diretoria Executiva

Isaías Matos Dantas – Diretor-Presidente (até 06/07/2014)
Zilana Melo Ribeiro - Diretora-Presidente (a partir de 07/07/2014)
José Danilo Araújo do Nascimento - Diretor de Previdência (até 13/08/2014)
João Francisco Freitas Peixoto - Diretor de Previdência (a partir de 14/08/2014)
Fernando Barros de Lima - Diretor de Administração e Investimentos (até 13/08/2014)
José Danilo Araújo do Nascimento - Diretor de Administração e Investimentos (a partir de 14/08/2014)

Ouvidoria

Maria Auxiliadora Bezerra – Ouvidora

Canais de Comunicação

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES

0800 9705775 (chamadas de fixo)
4020-1615 (chamadas de celular)
relacionamento@capef.com.br
www.capef.com.br
Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

OUVIDORIA

ouvidoria@capef.com.br

Expediente

CONTEÚDO E APROVAÇÃO

Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef - GEDIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GO! Branding + Design

Sumário

04

Mensagem da
Diretoria Executiva

06

Linha
do tempo

09

Aproveite a vida
agora e no futuro

13

Governança
Corporativa

19

Gestão de
Relacionamento

31

Gestão
Previdenciária

41

Gestão dos
Investimentos

25

Educação Previdenciária

59

Gestão
Administrativa

67

Demonstrações
Contábeis

79

Notas Explicativas
às Demonstrações
Contábeis

121

Pareceres

139

Sumário da
Política de
Investimentos

Mensagem da Diretoria Executiva

Os diversos setores da economia nacional e mundial, em especial o segmento de previdência complementar, atravessaram um período bastante desafiador. Baixo crescimento da economia, inflação acima do projetado e incertezas próprias de uma eleição presidencial muito disputada ocasionaram grande volatilidade no mercado financeiro em 2014.

Embora todos esses fatores tenham impactado consideravelmente nos investimentos administrados pelos fundos de pensão, a Capef conseguiu obter bons resultados e superar a meta atuarial dos seus dois Planos de Benefícios – Plano BD e Plano CV I, ao longo do ano.

O Plano BD superou a meta pelo 6º ano consecutivo e acumulou um retorno de 14,59%, frente a uma meta de 12,33%. Já o Plano CV I apresentou uma recuperação em relação a 2013, ao obter uma rentabilidade de 12,90%, contra uma meta de 12,26%.

A boa performance dos investimentos do Plano BD fez com que ele acumulasse um resultado de R\$ 92 milhões, permitindo ao Conselho Deliberativo a aprovação de melhorias para os Participantes. Parte desse resultado foi utilizado para conceder um reajuste de 7,3% nos benefícios do

Plano em 2015, superior ao INPC de 6,23%, e assim, recompor mais uma parcela do reajuste concedido abaixo da inflação em 2009, quando a meta não foi alcançada.

E a outra foi destinada à redução da meta atuarial do Plano BD de 5,75% para 5,5% a.a., em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Com relação ao Plano CV I, além da superação da meta atuarial, também obtivemos grandes conquistas.

A quantidade de novas adesões quase dobrou em relação ao ano passado, 881 novos Associados ingressaram no Plano em 2014, totalizando 4.802 Participantes e Beneficiários.

Outra conquista que beneficiou aos Participantes dos dois Planos foi a redução da taxa de administração, descontada pela Capef para cobrir suas despesas administrativas. No Plano BD ela reduziu de 9% para 8,5% e no Plano CV I de 5,6% para 5,3%, significando mais recursos disponíveis para os Participantes.

No âmbito da Educação Previdenciária e Financeira, a Capef avançou e esteve muito mais próxima de seus Participantes. Após nova aprovação do Programa “Fazendo Hoje o seu Amanhã” pela



Zilana Melo Ribeiro
Dir. Presidente



José Danilo Araújo do Nascimento
Dir. de Adm e Investimentos



João Francisco Freitas Peixoto
Dir. de Previdência



Isaias Matos Dantas
Ex-Presidente



Fernando Barros de Lima
Ex-Diretor de Adm. e Investimentos

Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC no início do ano, a Entidade deu continuidade ao curso à distância de Previdência Complementar e ao curso de Finanças Pessoais, realizado em três cidades, lançou cartilha explicativa com as regras dos Planos de Benefícios e promoveu campanhas nas redes sociais e nos informativos. Outro canal eficaz de interação com os Associados são os Encontros Estaduais, conduzidos pela Diretoria e Ouvidoria da Entidade, que somente em 2014 visitou quinze cidades, difundindo conhecimento entre centenas de Participantes.

Esse aumento da interação com os Participantes pode ser observado também na quantidade de respondentes da Pesquisa de Satisfação. Cerca de 2.825 Participantes forneceram retornos importantes à Entidade, que obteve uma aprovação média geral de 82%.

Destacamos, ainda, que todas essas conquistas foram obtidas devido à contribuição dos Conselhos da Capef, da equipe de colaboradores e da união de cinco Diretores. Em 2014, tivemos a saída de Isaias Dantas e Fernando Barros; e a chegada de Zilana Ribeiro, assumindo a presidência e João Francisco Peixoto,

assumindo a Diretoria de Previdência, na vaga deixada por Danilo Araújo, que assumiu a Diretoria de Administração e Investimentos. Prova que o compromisso e alinhamento da gestão na condução das diretrizes da Entidade são tratados com seriedade.

Apesar das realizações obtidas, sabemos que os desafios ainda são grandes. Por isso, reafirmamos nosso compromisso com as questões prioritárias da Entidade e o nosso empenho em proporcionar um futuro mais promissor para todos os Participantes.

Por fim, apresentamos nas páginas seguintes deste Relatório todas as ações realizadas pela Entidade ao longo do ano, resultados alcançados, estratégias de investimentos traçadas e situação atuarial dos Planos de Benefícios.

Este documento foi elaborado exclusivamente para que você, Participante, fique por dentro de tudo que acontece com o seu Plano e com a sua Caixa de Previdência. A todos, uma boa leitura!

A Diretoria

Linha do tempo 2014



Melhorias na Política de EAP



Fiscalização da PREVIC



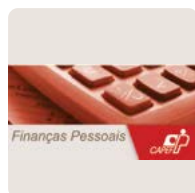
Homenagem aos Aposentados



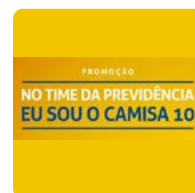
Encontro Estadual em Fortaleza com Adacir Reis



47 anos da Capef



Curso de Finanças Pessoais em Aracaju e Maceió



Promoção: "No time da previdência, eu sou camisa 10"



Encontro Estadual em Montes Claros

Jan

Fev

Mar

Abr

Mai

Jun



Aprovação do Programa de Educação Previdenciária pela Previc



Lançamento do vídeo comemorativo



Encontro Estadual em Arapiraca e Maceió



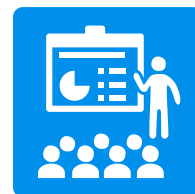
Lançamento da Cartilha de Regras dos Planos BD e CV I



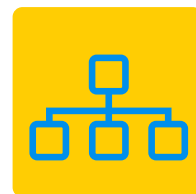
Promoção: "Por que eu devo ir ao Seminário de Investimentos?"



Encontro Estadual em São Luís, Teresina, Salvador e Vitória da Conquista



Encontro Estadual em Natal, João Pessoa, Petrolina e Recife



Revisão da estrutura organizacional.



Fernando Barros assume a Área de Risco do BNB



Recadastramento de Pensionistas



Melhorias na Política de EAP



Auditoria do Patrocinador (BNB)



21ª edição do Seminário de Investimentos



Isaiás Dantas assume a Diretoria do BNB



Jofran Peixoto assume a Diretoria de Previdência



Pesquisa de Satisfação



Novo serviço telefônico (4020) é disponibilizado ao Participante



Diretorias do BNB e Capef lançam vídeo sobre Previdência



Redução da taxa administrativa dos Planos BD

Jul

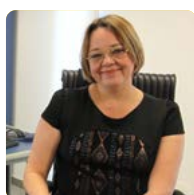
Ago

Set

Out

Nov

Dez



Posse da Diretora-Presidente, Zilana Ribeiro



Danilo Araújo assume a Diretoria de Adm. e Investimentos



Encontro Estadual em Campina Grande



Capef participa de evento da Abrares



Promoção: "Amigo que é amigo se preocupa com o meu futuro"



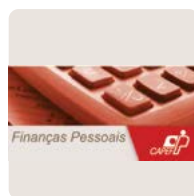
Planos da Capef superam meta atuarial



Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo



Encontro Estadual em Feira de Santana e Aracaju



Curso de Finanças Pessoais em Montes Claros



Auditoria Externa (PHF Auditores Independentes).

Aproveite a vida agora e no futuro

“Estou na fase mais produtiva da minha carreira profissional e não poderia deixar de pensar no futuro. A previdência complementar passa a ser primordial nessa etapa. A adesão ao Plano CVI já fazia parte dos meus planos desde que entrei no Banco. Com um pouco de planejamento e informação foi possível concretizá-la. Nunca é cedo demais pra pensar no futuro.

Além do complemento previdenciário, há a contrapartida do Patrocinador e o abatimento no Imposto de Renda mensal como incentivos. Adicionalmente, o sonho de uma aposentadoria tranquila foi de fato o elemento motivador para minha adesão ao Plano CVI”.



Isabelle Bento dos Santos Silva

Participante Ativa do Plano CVI

Funcionária do Ambiente de Comunicação do BNB

Planejamento hoje e sempre!

Com a finalidade de prover uma renda adicional ao benefício da previdência social, a Previdência Complementar deixa de ser vista apenas como uma poupança extra para tornar-se instrumento essencial à segurança financeira de qualquer profissional e de seus familiares.

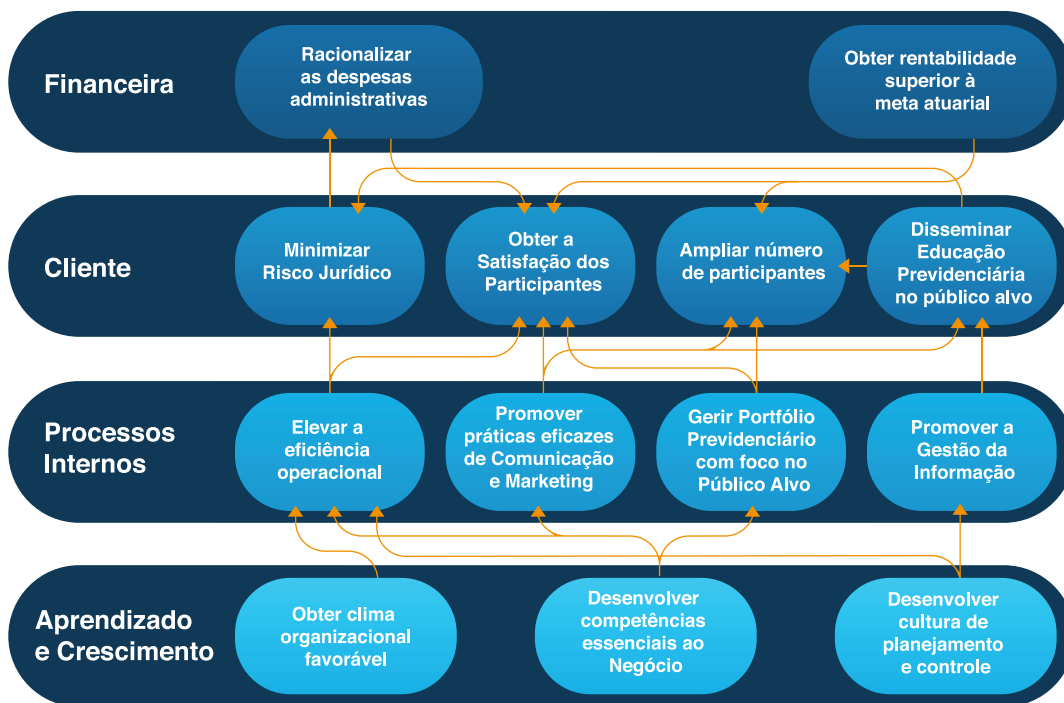
Com esse intuito de complementar a renda do funcionário, permitindo uma melhor estabilidade financeira após a fase laborativa, a Capef vem ajudando pessoas a planejar a aposentadoria e a aproveitar a vida agora e no futuro.

Esse foi o conceito utilizado para celebrar os 47 anos de fundação da Entidade, no ano de 2014. O conceito da campanha visa sensibilizar os funcionários quanto à importância de um planejamento financeiro que permita à pessoa desfrutar

os prazeres da vida em todas as idades, reforçando a ideia de que se preparar para uma vida financeira saudável no futuro não significa sacrificar o presente.

Além de fortalecer a ideia do planejamento entre os Participantes e Beneficiários, a Capef trabalha fortemente o conceito de planejamento estratégico internamente com seus colaboradores.

Alinhada aos objetivos estabelecidos no mapa estratégico (abaixo) para o período de 2014 – 2017, a gestão da Entidade reúne-se periodicamente para definir as suas metas, estratégias de investimentos, conceitos e campanhas a serem trabalhados ao longo do ano subsequente, bem como mensalmente para avaliar e acompanhar o andamento dos referidos processos.

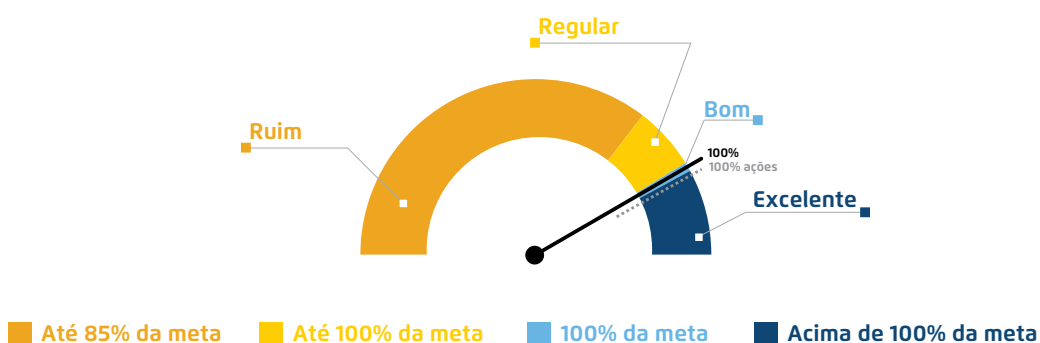


Metas: Acompanhamento e Controle

Para alcançar os referidos objetivos estratégicos, a Entidade elabora anualmente metas corporativas, setoriais e individuais. Essas metas são acompanhadas, por meio dos indicadores de gestão, alimentados mensalmente pelo gestor de cada área.

Essas informações são apresentadas em forma de gráficos (velocímetros) afixados em painéis nas áreas comuns da Entidade para fácil acesso dos funcionários e apresentadas nos Fóruns de Avaliação e Gestão (FAG) para a diretoria e gestores.

Gráfico de atingimento das metas, apresentado mês a mês



Embora, tenhamos tido um ano bastante desafiador, boa parte das metas corporativas da Entidade foram alcançadas: como atingir rentabilidade superior à meta atuarial dos Planos

Previdenciários; reduzir o custo mensal por Participante; realizar 95% dos atendimentos dentro do prazo; reduzir o estoque de processos jurídicos, dentre outros.

Gestores apresentam mensalmente os resultados de suas áreas para a Diretoria.



Dentre as informações que subsidiam a elaboração do planejamento estratégico, destacam-se a missão e os valores da Entidade.

Missão

Contribuir para o bem-estar de seus Participantes e Beneficiários, por meio da administração de planos de previdência privada com qualidade, ética e transparência, em parceria com seus Patrocinadores.

Valores

- Ética
- Transparência
- Prudência
- Credibilidade
- Excelência
- Gestão Compartilhada

Governança Corporativa

“A governança corporativa adotada pela Capef, através das melhores práticas do setor e no excelente relacionamento entre Participantes, Patrocinadores, empregados e colegiados da Caixa (Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal), proporciona um alinhamento de todos no seu objetivo comum: assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários previstos nos regulamentos dos planos administrados pela Entidade.”



**José Jurandir
Bastos Mesquita**

*Membro indicado do
Conselho Deliberativo*

*Participante Ativo dos
Planos BD e CV I*

Estrutura de Governança

A governança corporativa compreende a prestação de contas para com seus Participantes, Conselhos e Patrocinadores e a conformidade legal dos atos praticados, que são supervisionados diretamente pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

As boas práticas de governança recomendadas às EFPCs têm por finalidade preservar o direito dos Participantes, bem como a execução do contrato previdenciário, seja por meio

da concessão dos benefícios, na forma prevista nos regulamentos, seja mediante obtenção de melhores resultados nos investimentos. Essas práticas convertem-se em princípios e recomendações, capazes de harmonizar interesses dos Participantes, Patrocinadores e Dirigentes das EFPC.

Visando assegurar uma gestão responsável dos recursos dos Planos, a Capecf atua de várias formas:

Gestão compartilhada

Tanto o Patrocinador quanto o Associado participam da escolha dos membros dos Conselhos da Entidade, sendo metade deles composta por Participantes, mediante eleição direta e a outra metade, designada pelo Patrocinador.

Os Conselhos participam ativamente das decisões e atuam de forma bastante próxima da direção, fazendo um rígido acompanhamento dos resultados, por meio de reuniões mensais, sendo o Conselho Deliberativo mais voltado

para questões de decisão e orientação superior e o Conselho Fiscal, como órgão de controle interno, responsável pela fiscalização das atividades da Entidade.

Em 2014, houve duas alterações nos membros indicados do Conselho Deliberativo, o ingresso de Romildo Rolim, como presidente, no lugar de Fernando Passos e a entrada de Stélio Gama Lyra, em substituição ao Romildo, na vice-presidência do Conselho. No Conselho Fiscal não houve mudança.



Posse de Romildo Carneiro Rolim, como Presidente do Conselho Deliberativo da Capecf



Conselheiros reunidos com membros da Auditoria Interna e da Assessoria Jurídica da Capecf

CONSELHO DELIBERATIVO	
INDICADOS	ELEITOS
Romildo Carneiro Rolim - Presidente	José Nilton Fernandes
Stélio Gama Lyra Júnior - Vice-Presidente	Ailton Carvalho dos Santos
José Jurandir Bastos Mesquita	Paulo Eduardo Andrade Patrício
CONSELHO FISCAL	
INDICADOS	ELEITOS
Lúcia de Fátima Barbosa da Silva	Izabel Christina de Carvalho Colares Maia - Presidente
Luiz Sérgio Farias Machado	Ricardo Vaz Bezerra - Vice-Presidente

Posição Dez/2014

Certificação e Posse de Dirigentes

Em conformidade com a legislação, a quase totalidade dos membros do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e gestores de Investimentos são certificados quanto à competência técnica pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS e/ou certificação profissional CPA – 20, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

A qualificação dos administradores e gestores de fundos de pensão confere mais segurança e credibilidade tanto para os Participantes, como para a Entidade.

Em 2014, a Diretoria da Capef passou por algumas alterações. A primeira foi a saída de Isaías Dantas, convidado a assumir uma Diretoria no Banco do Nordeste e, em seu lugar, foi nomeada Zilana Ribeiro que assumiu a presidência da Entidade em julho.

Houve a alternância do então Diretor de Previdência, Danilo Araújo, assumindo a Diretoria de Investimentos em substituição a Fernando Barros e, por fim, a nomeação de Jofran Peixoto para a Diretoria de Previdência.



Posse da Diretora -Presidente,
Zilana Ribeiro



Posse do Diretor de Previdência,
Jofran Peixoto

Membros da Diretoria Executiva

Zilana Melo Ribeiro	Diretora-Presidente
José Danilo Araújo do Nascimento	Diretor de Administração e Investimentos
João Francisco Freitas Peixoto	Diretor de Previdência

Posição Dez/2014

Ouvidoria prevista no Estatuto e eleita por Participantes

Responsável por representar os participantes junto à Capef, a ouvidoria tem como principal atribuição receber, apurar a procedência e buscar soluções para problemas e impasses, propondo melhorias nos processos, produtos e serviços da Entidade. Para aumentar a eficiência e transparência da gestão, sua atuação é pautada nos

princípios de ética, transparência e imparcialidade.

Instituída em março de 2008 pelo Conselho Deliberativo, a Ouvidoria hoje está prevista no Estatuto da Entidade, sendo o ouvidor escolhido mediante eleição direta pelos próprios Participantes, estrutura ainda pouco observada nos demais fundos de pensão.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Assessoria de Gestão de Riscos e Controles internos da Capef vem conduzindo o projeto de otimização dos processos, baseado no modelo de excelência em gestão.

Desde sua implantação, a Área já conseguiu mapear mais de 500 procedimentos internos, desde os processos estratégicos às atividades mais operacionais.

Em 2014, a Assessoria elaborou um plano de trabalho objetivando a atualização e redesenho dos fluxos operacionais em um novo sistema, com base na notação BPM(*), com vistas a potencializar a performance

organizacional da empresa, agregar valor ao cliente e otimizar recursos.

No que diz respeito aos Controles Internos, a Entidade também implantou novo sistema de monitoramento de riscos, que possibilitará:

- Efetividade na identificação e avaliação contínua de riscos e controles relacionados ao negócio da Entidade;
- Acompanhamento sistemático, no qual se avalia se os objetivos estão sendo alcançados, se os limites estão sendo cumpridos e se eventuais falhas estão sendo identificadas e corrigidas;

(*) BPM: Business Process Modeling é uma abordagem disciplinar que integra estratégia e objetivos de uma organização com as necessidades de clientes, por meio do foco em processos ponta a ponta.

- Registro de planos de ação, com prazos e responsáveis, para o devido acompanhamento das recomendações.

Visando a aumentar a efetividades dos controles existentes, o Relatório de Risco, que analisa os riscos atuariais, de

mercado, crédito, liquidez e operacional dos planos de benefícios, bem como as premissas utilizadas para elaboração do estudo de Asset Liability Management (ALM) passou a incluir não conformidades e recomendações, integrando ainda a pauta de reunião mensal da Diretoria e trimestral do Conselho.

Auditoria

Alinhada as boas práticas e princípios da governança corporativa, em 2014, a Capef foi submetida à fiscalização de três órgãos: a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; o Banco do Nordeste, seu Patrocinador; e a Auditoria Externa da PHF Auditores Independentes. Nas três oportunidades a Auditoria Interna trabalhou junto com as demais áreas para

o repasse das informações e atendimento às recomendações orientadas.

Adicionalmente, disponibilizamos dois arquivos contendo as recomendações da Previc e o respectivo acompanhamento das recomendações:

 [Resumo do Relatório de Fiscalização da Previc](#)

 [Acompanhamento das Recomendações.](#)

Revisão da Estrutura Organizacional

No início de 2014, com a formatação do Planejamento Estratégico da Capef, constatou-se a necessidade de revisão de sua estrutura organizacional, visando prover a Entidade de unidades organizacionais adequadas ao alcance de seus resultados estratégicos e de melhoria da Governança Corporativa.

O escopo da mudança permitiu também o dimensionamento do quadro de pessoal e a realocação de pessoas em função das competências requeridas para o exercício do cargo / função. As áreas

beneficiadas com o redesenho foram a Gerência Administrativa Financeira, desdobrada na Gerência Financeira e Coordenação Administrativa; Gerência de Desenvolvimento Institucional; Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos; Auditoria e Jurídico Administrativo.

Essa revisão permitiu também o direcionamento da atenção dos gestores para assuntos de cunho estratégico, além da segregação das funções da auditoria e de acompanhamento do colegiado.

Participação da Capef em Conselhos e Comissões Técnicas

A Capef é ativa e presente em Conselhos de importantes Instituições, como o Banco do Nordeste e Abrapp e, ainda, participa de Comissões Técnicas. Dentre as inúmeras atribuições das Comissões, destacamos a sua importância na promoção do intercâmbio

de experiências entre as Entidades e na disseminação do conhecimento ao segmento previdenciário, buscando a melhoria contínua de gestão das Associadas. Por meio de seus dirigentes e funcionários, a Capef participa dos seguintes Conselhos/Comissões Técnicas:

AREA INTEGRANTE DA CAPEF	CONSELHO/COMISSÃO
Diretoria	Conselho Deliberativo da Abrapp
Diretoria	Conselho de Administração do BNB
Assessoria Jurídica	Comissão Regional Jurídica
Gerência Financeira	Comissão Regional de Contabilidade
Gerência de Desenvolvimento Institucional	Comissão Regional de Comunicação
Atuária	Comissão Nacional de Atuária

Gestão de Relacionamento

“Desde 1989, sou Participante Assistido da Capef. Eu tenho total abertura para falar com as atendentes e, inclusive, com a Presidente da Entidade, que é minha amiga. Sou prontamente atendido e muito bem recebido por todos. Posso afirmar que a Entidade representa praticamente tudo pra mim hoje em dia. Sou feliz por ter feito essa escolha no passado.”



**Luiz Aldeci
Lopes Paixão**

*Participante Assistido
do Plano BD*

Foco no Participante

Obter a satisfação dos Participantes, ampliar o número de funcionários cobertos pela previdência e minimizar os riscos jurídicos são os objetivos estratégicos, na perspectiva dos Participantes, definidos no Planejamento Estratégico da Entidade.

Alinhada a esses objetivos, a Capef trabalha fortemente na gestão do

relacionamento com seus Participantes. Seja com a aplicação de pesquisas para medir o nível de satisfação, implantação de novos canais de atendimento, automatização de mensagens eletrônicas, realização de encontros, a Capef está sempre buscando estar próxima de seus associados

Atendimento presencial, telefônico e eletrônico

Responsável pelas demandas dirigidas à Capef, a Área de Relacionamento é a porta de entrada do Participante na Entidade. Todas as dúvidas, reclamações, pedidos de simulação, solicitações de empréstimos, informações de Imposto de renda são realizados pela área. Além desses atendimentos, a Área ainda realiza a palestra de apresentação e venda do

Plano CV I para os novos funcionários convocados pelo Patrocinador.

Para agilizar o atendimento de mais de 11.000 Participantes, o Relacionamento atua de forma presencial, por telefone e por e-mail. Em 2014, a Área realizou mais de 40.000 atendimentos, segregados da seguinte maneira:

Equipe de
Relacionamento com
Participantes



Atendimentos da Área de Relacionamento em 2014

ASSUNTOS	PLANO BD	PLANO CV	TOTAL
ATENDIMENTO DE PLANOS	23.564	8.722	32.286
CONVÊNIO INSS	4.372	47	4.419
OUTROS ATENDIMENTOS	4.064	212	4.276
TOTAL	32.000	8.981	40.981

4020: Novo Serviço de Atendimento

A Capef está sempre buscando novas formas de melhorar seus processos e se comunicar com os Participantes. Em 2014, a Entidade implantou um novo serviço de atendimento telefônico àqueles que precisam entrar em contato com

a Capef pelo telefone celular. Por meio do novo número **4020-1615**, a área de Relacionamento passou a receber chamadas de telefone móvel, ao custo de ligação local para os residentes em todo o Brasil.

Diretoria e Ouvidoria juntas na realização de Encontros Estaduais

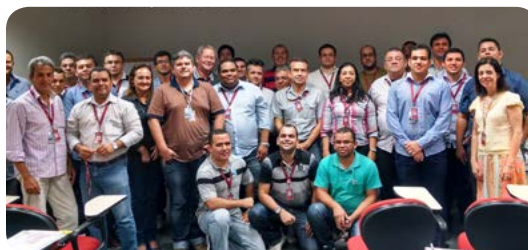
A Ouvidoria realiza, em parceria com a Diretoria Executiva, Encontros Estaduais com os Participantes.

Esses Encontros presenciais fortalecem o relacionamento com os associados, por meio da disseminação de informações previdenciárias sobre os Planos, com a possibilidade de contato direto com a Diretoria para esclarecimento de dúvidas e atendimento local de demandas.

A seguir, apresentamos as localidades em que os Encontros foram realizados e a quantidade de atendimentos por ano.



Encontro Estadual em João Pessoa - PB



Encontro Estadual em Recife - PE

Encontros Estaduais realizados em 2014

LOCAL	DATA DE REALIZAÇÃO
FORTALEZA	21/02/2014
São Luís	13/03/2014
Teresina	14/03/2014
Salvador	24/03/2014
Vitória Da Conquista	25/03/2014
Arapiraca	10/04/2014
Maceió	11/04/2014
Natal	15/05/2014
João Pessoa	16/05/2014
Petrolina	21/05/2014
Recife	22/05/2014
MONTES CLAROS	04/06/2014
Feira de Santana	18/08/2014
Aracaju	19/08/2014
Campina Grande	12/09/2014

Atendimentos da Ouvidoria em 2014

ASSUNTOS	PLANO BD	PLANO CV	TOTAL
Elogio/Agradecimento	8	2	10
Informação/Solicitação	42	14	56
Informações diversas	6	-	6
Reabertura atendimento	1	-	1
Reclamação	49	6	55
Site/Jornal/Concurso	2	-	2
Sugestão	58	9	67
TOTAL GERAL	166	31	197

Automatização de malas diretas

Visando aumentar a efetividade da comunicação com os Participantes, em 2014 foi automatizado o envio de mensagens personalizadas referentes aos processos previdenciários.

Dentre os assuntos contemplados nessas mensagens, destacam-se:

- Atingimento da elegibilidade a aposentadoria, incluindo simulação do valor do benefício projetado;
- Encerramento das contribuições ao Plano BD, com prazo e simulação de adesão ao Plano CVI;
- Confirmação da concessão do benefício de aposentadoria ou pensão, com valor e data do crédito;
- Demonstrativo de Pagamento;
- Confirmação da transferência de recursos mediante o instituto da Portabilidade;
- Liquidação de empréstimo, com simulação de nova margem consignável; e
- Felicitações pelo aniversário natalício.

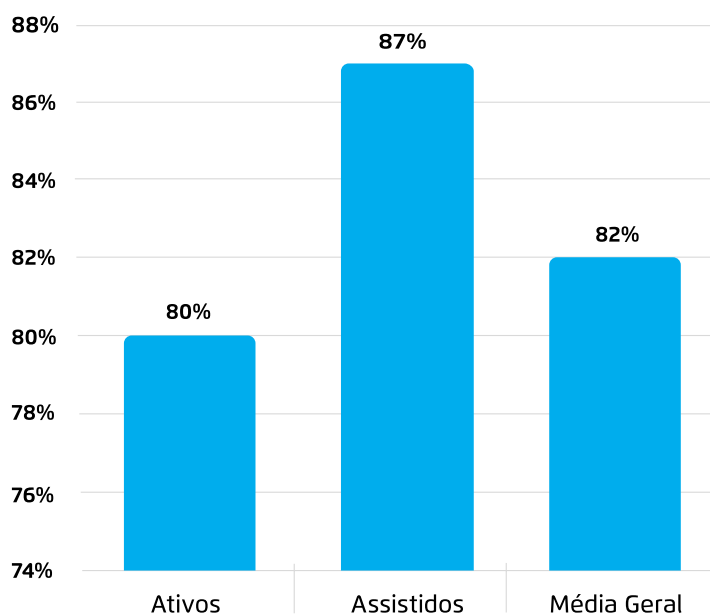
Esse novo procedimento gera um atendimento mais proativo, focado na antecipação das necessidades dos associados, minimizando inclusive o volume de demandas destinadas a área de Relacionamento com Participantes.

Pesquisa de satisfação

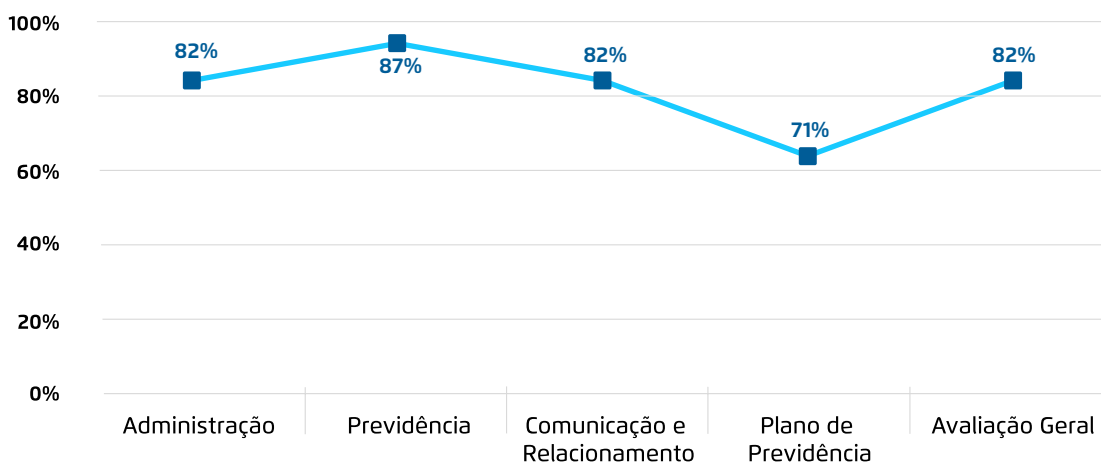
Anualmente, a Capef realiza pesquisas de satisfação, com intuito de ouvir os Participantes e, a partir desse retorno, definir suas ações estratégicas. Em 2014, a Capef obteve a maior participação já registrada em pesquisas, 2.825 Participantes respondentes, sendo 920 Assistidos e 1.905 Ativos.

Os resultados advindos da Pesquisa são os mais importantes instrumentos de feedback dos Associados e, por isso, insumo principal para medir a eficácia das ações realizadas pela Entidade, aperfeiçoar a gestão dos Planos, bem como traçar estratégias mais assertivas. Confira os resultados a seguir.

Média geral de Aprovação



Média geral segregada por tópicos



Homenagem aos aposentados

Em 2014, a tradicional confraternização em homenagem aos Aposentados da Capef ocorreu no Centro Cultural do BNB, em Fortaleza/CE. Quem abriu a agenda cultural preparada para o evento foi o ator e produtor Fernando Piancó, apresentando o projeto “Os Velhinhos Transviados”. Em seguida, subiram ao palco a Participante Assistida da Capef e atriz Mazé Figueiredo e o ator Walden Luiz, que interpretaram a peça teatral “Quando as Rosas Amarelas se tornam Marrons”. Houve sorteio de brindes, coquetel e muita conversa entre os associados.



Homenagem aos Aposentados

21ª Edição do Seminário de Investimentos

O Seminário de Investimentos chegou em sua 21ª edição, com auditório lotado. O maior evento realizado pela Entidade tem o intuito de aproximar os Participantes da administração dos recursos dos Planos de Benefícios, propiciando-lhes conhecimento das técnicas de gestão, projeções dos cenários econômicos e definição da Política de Investimentos dos planos para o ano subsequente.

A abertura contou com a presença do presidente do Banco do Nordeste, Nelson Antônio de Souza, conselheiros e diretoria da Capef. Zilana Ribeiro, Diretora-Presidente da Entidade, destacou a importância do Seminário

de Investimentos como um dos principais instrumentos de governança da Caixa. “Poucas entidades oferecem aos participantes a oportunidade de ajudar na construção das estratégias de aplicações. Ao longo do evento, traçamos os rumos da Caixa. Por isso, é muito importante o compartilhamento de experiências entre gestores e associados”, ressaltou a diretora.

Um dos destaques do Seminário foi a apresentação do Ex-ministro da Previdência Social e Senador da República, José Barroso Pimentel e, com sua palestra sobre o tema “Tendências do Mercado de Previdência Complementar no Brasil”.

Presidente do BNB, Nelson Antônio; Conselheiros da Capef, Isabel Christina e Romildo Rolim; e Diretora Presidente da Capef, Zilana Ribeiro prestigiaram palestra do ex-ministro, José Pimentel



[Clique aqui para conferir todas as apresentações do Seminário.](#)



Educação Previdenciária: Fazendo Hoje o seu Amanhã

“Comecei a participar dos eventos realizados pela Capef há pouco tempo. Sempre via as notícias e os informativos, ouvia falar e nunca havia participado. No entanto, participei do Encontro Estadual pela primeira vez e gostei muito do que ouvi, todas as minhas dúvidas foram esclarecidas, fiquei satisfeito com o resultado.

A Capef hoje é uma segurança pra mim. Sabemos que os nossos recursos são muito bem administrados com responsabilidade e transparência.”



**Luiz Camilo
Sobrinho**

*Beneficiário de Pensão
do Plano BD*

Educação: caminho para o conhecimento

Desde 2012, a Capef vem desenvolvendo e ampliando as ações de educação financeira e previdenciária junto ao seu público-alvo, por entender que a educação é o melhor caminho para o conhecimento

e para o acompanhamento da gestão do Plano. Essa prática converge com objetivos traçados em seu planejamento estratégico que visam a disseminação da educação previdenciária e a promoção da gestão da informação.

Fazendo Hoje o seu Amanhã é aprovado pela Previc

Pelo 3º ano consecutivo, o Programa de Educação Previdenciária e Financeira da Capef, intitulado “Fazendo Hoje o seu Amanhã”, é aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

O referido Programa tem a finalidade de despertar a atenção do público-alvo para a importância do planejamento financeiro e previdenciário familiar.

Além das ações de treinamento e formação já contempladas no programa, em 2014, surgiram novidades como a realização de concurso cultural para a escolha do nome do Programa, publicação de uma cartilha de regras dos

Planos de Benefícios e formalização da entrada da Entidade nas mídias sociais.

A reformulação anual do programa é realizada após análise dos resultados da Pesquisa de Satisfação entre os Associados, que a cada ano vem aumentando consideravelmente a quantidade de Participantes respondentes, conforme abordado no tópico anterior.



O autor do nome do Programa foi Luiz Orlando Pires da Costa, Participante Assistido, residente em Salvador/BA.

Aracaju, Maceió e Montes Claros receberam o curso de Finanças Pessoais

No ano de 2014, a parceria com a BM&FBovespa foi concluída com sucesso nas cidades de Aracaju - SE, Maceió - AL e Montes Claros - MG. Os Participantes residentes nessas localidades desfrutaram de conhecimentos bastante relevantes sobre planejamento financeiro, gestão do orçamento pessoal e familiar, aposentadoria e noções básicas sobre o mercado de ações.



Curso de Finanças em Aracajú - SE



Curso de
Finanças
em Montes
Claros - MG

Inovação nas redes sociais

Ao longo do ano, foram realizadas as seguintes promoções, todas com intuito de atrair a atenção do público para a importância do planejamento financeiro e previdenciário.



Aproximação do Participante: Apresentação do Personagem Zé Prudente

O Zé surgiu para se comunicar com o Participante de uma maneira mais leve, atrativa e humanizada.



Disseminação de Conhecimento: No Time da Previdência, eu sou o Camisa 10

Campanha promocional alusiva à Copa do Mundo de 2014. Através de um quiz, os participantes respondiam a perguntas sobre Previdência e a resposta correta correspondia a um gol. Ao final, o participante Heleno Júnior (Bezerros/PE) marcou mais gols e ganhou um kit com brindes institucionais.



Disseminação de Conhecimento e Integração: Por que eu devo participar do Seminário de Investimentos?

Promoção que possibilitou a Associados residentes em cidades fora de Fortaleza concorrer a uma viagem para conhecer as instalações da Capec e participar do Seminário de Investimentos. A ganhadora foi a Participante Assistida, Rosa Del Rey, de Lauro de Freitas/BA.



Ampliação da Cobertura Previdenciária: Amigo que amigo se preocupa com o meu futuro

Participantes do Plano CV I deveriam indicar um ou mais amigos que ainda não aderiram ao Plano a se inscrever. Ambos concorreram ao sorteio de brindes institucionais.

Capec comemora 47 anos e lança vídeo institucional

No dia 8 de março, a Capec completou 47 anos de existência. Para celebrar essa importante data, a Entidade lançou um novo vídeo institucional, cujo objetivo foi sensibilizar o público quanto à importância de um planejamento financeiro que permita à pessoa desfrutar os prazeres da vida em todas as idades.

A proposta da campanha foi reforçar a ideia de que se preparar para uma vida financeira saudável no futuro não significa renúncia e sacrifício no presente.

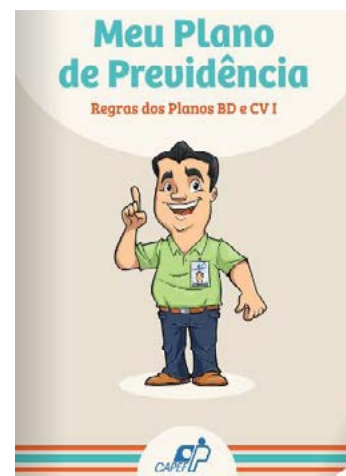


[Clique Aqui para assistir o video](#)

Lançamento de Cartilha Explicativa

Em busca de ampliar ainda mais o conhecimento dos seus Participantes com relação aos planos previdenciários que administra, a Capecf lançou uma cartilha explicativa apresentando as principais características e regras dos seus Planos BD e CV I.

O material educativo aborda tópicos que mostram desde um breve histórico da Capecf até aspectos de tributação, com a vantagem de uma linguagem fácil e projeto gráfico de agradável leitura.



 [Clique Aqui para acessar a Cartilha](#)

Eficácia dos Treinamentos Corporativos de Integração

Os treinamentos corporativos de integração continuam sendo fundamentais para disseminação da cultura previdenciária e difusão do conhecimento, seja na Entidade ou no Banco do Nordeste, entre os novos funcionários convocados.

A Capecf realiza periodicamente

treinamento com seus novos conselheiros, dirigentes, funcionários e novos convocados do Banco.

Somente em 2014, 778 novos funcionários admitidos efetuaram a adesão ao Plano CV I, logo após o treinamento de integração, o que demonstra a eficácia do Programa.

Novos convocados participam do treinamento de integração





Capef participa de evento de Responsabilidade Social

A Capef participou do evento promovido no Rio de Janeiro pela ABRARES (Associação Brasileira de Responsabilidade Social): “O olhar das fundações e dos institutos de Previdência Complementar, ao compartilharem informações e conhecimentos, no que tange ao relevante tema da Responsabilidade Social no Brasil”.

Danilo Araújo, diretor de Administração e Investimentos, apresentou as ações

implantadas pelos fundos de pensão e pela própria Capef relacionadas ao tema proposto. “As EFPC’s desempenham um papel extremamente importante no aspecto de Responsabilidade Social, tendo como foco quatro temas: governança e transparência; contribuição econômico-financeira; contribuição ambiental; e contribuição social”, destacou o diretor.

Diretor de
Administração e
Investimentos,
Danilo Araújo
participa do
Seminário da
ABRARES

Gestão Previdenciária

“Manter um Plano de Previdência Complementar, especificamente quando se tem a contribuição também do empregador, é uma decisão lógica e responsável.

Ter mantido o Plano BD de Previdência Complementar, junto à CAPEF, bem como ter aderido ao Plano CV, com pagamento do tempo passado, foram determinantes em minha decisão de aderir ao Programa de Incentivo ao Desligamento - PID, do Banco do Nordeste, após 38 anos e meio de serviço.

Se, ainda assim, tive redução de renda, o que seria sem os benefícios dos Planos de Previdência Complementar?



**José Lucenildo
Parente Pimentel**

*Participante Assistido do
Plano BD*

*Participante Ativo com BPD
do Plano CV I*

Capef em números

Com a disseminação da educação financeira e previdenciária, pauta estratégica na Capef, observa-se um número crescente de empregados conscientes da importância da previdência complementar, em especial dos mais jovens que antecipam cada vez mais o planejamento do futuro. Prova disso foi o incremento de 881 novas adesões ao Plano CV I, advindas, principalmente, dos novos empregados

convocados pelo Banco em 2014.

Em dezembro de 2014, o patrimônio total dos Planos está avaliado em R\$ 3,32 bilhões, estando segregado entre R\$ 3,04 bilhões do Plano BD e R\$ 276,46 milhões do Plano CV I.

Os dois Planos possuem 11.502 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão segregados, conforme o quadro a seguir:

PLANO BD

CATEGORIA	QUANTIDADE
Ativos	1.981
Aposentados	3.584
Beneficiários de Pensão	1.135

TOTAL 6.700

Posição Dez/2014

PLANO CV I

CATEGORIA	QUANTIDADE
Ativos	4.791
Aposentados	1
Beneficiários de Pensão	10

TOTAL 4.802

Posição Dez/2014

Plano BD

Renovação do quadro de Participantes: Novos Aposentados

Em 2014, o Banco do Nordeste lançou o Programa de Incentivo ao Desligamento de Funcionários, denominado PID. Uma das ações de divulgação do Programa foi o lançamento de uma cartilha, desenvolvida em parceria com a Capef, que apresenta todas as instruções previdenciárias.

Aproximadamente 530 pessoas foram desligadas do Banco por meio do PID e, com isso, novos Aposentados renovaram o quadro de Participantes Assistidos do Plano BD.



[Clique Aqui para acessar a cartilha na íntegra](#)

Recadastramento de Pensionistas

Atendendo às disposições legais, regularmente, a Capef realiza o recadastramento de seus Associados. Em 2014, foi a vez da atualização de cadastro de Pensionistas, que alcançou grande eficácia.

A medida visa conferir segurança à

folha de pagamentos, tornando mais ágil e eficaz o canal de comunicação entre a Entidade e seus Beneficiários e, ainda, evitando que benefícios indevidos sejam pagos, o que ocasiona prejuízos aos Planos.

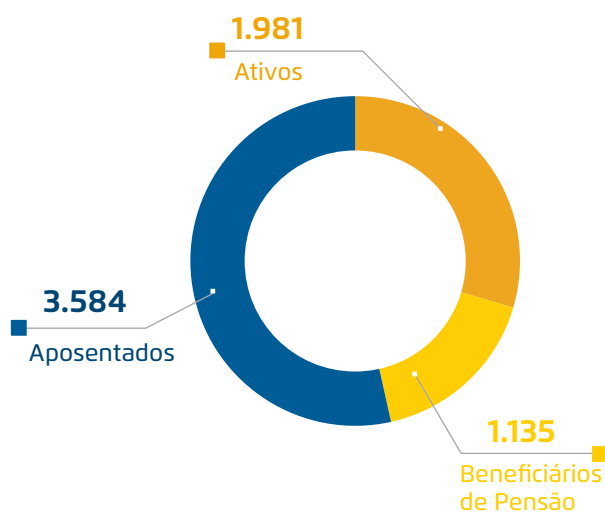
Previdência em números

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

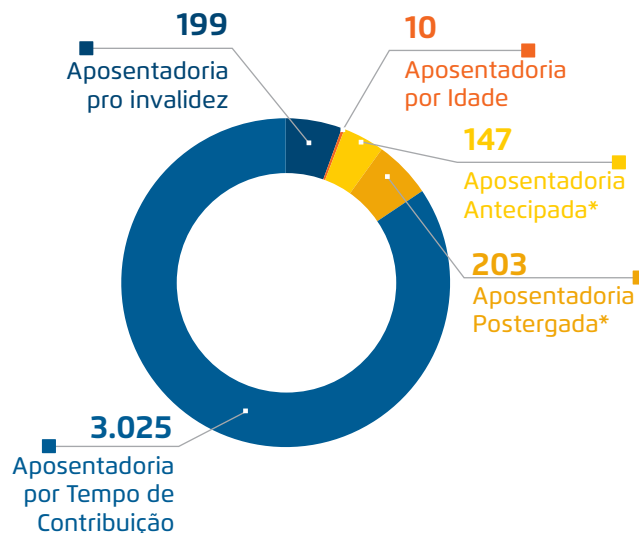
Observamos que o quantitativo de Aposentados do Plano BD teve um incremento em 2014, devido ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) do Banco. Fato que evidencia, ainda mais, a

maturidade do Plano com quantidade de Assistidos bem superior a de Participantes Ativos. Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (84%).

Total de Participantes



Tipos de Aposentadoria



Total de Participantes e Beneficiários do Plano BD – 6.700 pessoas

(*) Na vigência do Regulamento do Plano BD de 1999, os benefícios concedidos com data anterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Antecipada. E os benefícios concedidos com data posterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Postergada, embora em ambos os casos tratem-se de aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

Ativos

Dos 1.981 Participantes Ativos, 1.251 (63%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 95% (1.197) com idade entre 45 e 64 anos. Das 730 mulheres, 97% (711) também pertencem àquela faixa etária. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 62 Participantes Ativos com mais de 64 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ATIVO			
35 A 44	4	7	11
45 A 54	331	534	865
55 A 64	380	663	1.043
ACIMA DE 64	15	47	62
TOTAL	730	1.251	1.981

Assistidos

Dos 3.584 aposentados, 2.587 (72%) pertencem ao sexo masculino, dos quais mais da metade (1.336) com idades entre 65 e 74 anos. Das 997 mulheres, mais da metade (617) pertence à faixa etária de 55 a 64 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Assistidos com idade superior a 74 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ASSISTIDOS			
45 A 54	60	35	95
55 A 64	617	452	1.069
65 A 74	210	1.336	1.546
75 A 84	98	681	779
ACIMA DE 84 ANOS	12	83	95
TOTAL	997	2.587	3.584

Beneficiários de Pensão

Dos 1.135 Beneficiários de Pensão, 1.034 (91%) pertencem ao sexo feminino e 81% desse segmento estão distribuídos entre as faixas etárias de 55 e 84 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Beneficiários com idade superior a 74 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO			
ATÉ 24	35	38	73
25 A 34	1	5	6
35 A 44	19	7	26
45 A 54	68	11	79
55 A 64	202	18	220
65 A 74	359	15	374
75 A 84	282	6	288
ACIMA DE 84 ANOS	68	1	69
TOTAL	1.034	101	1.135

Receitas

Em 2014, a Capef obteve o total de R\$ 128,84 milhões com as contribuições pagas de Participantes e Patrocinador.

PLANO BD	TOTAL (R\$)
Ativos	2.597.372,02
Aposentados	116.063.816,86
Pensionistas	10.181.618,50
TOTAL	128.842.807,38

Benefícios pagos

Em 2014, foram pagos R\$ 275,97 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 45.332 pagamentos, com valor médio de R\$ 6.087,68. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 33,52 milhões, distribuídos em 13.676 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.450,84.

BENEFÍCIOS PAGOS	QTD	VR TOTAL (R\$)	VR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	45.332	275.966.495,74	6.087,68
Suplementação de Pensão	13.676	33.517.715,92	2.450,84
TOTAL	59.008	309.484.211,66	5.244,78

Por ser um plano maduro, observamos que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições.

Plano CV I

Incremento do quadro de Participantes: Novas Adesões

Um dos objetivos estratégicos da Capef é ampliar a cobertura previdenciária dos funcionários do BNB por meio da adesão ao Plano CV I. Esse é um esforço permanente e conjunto da Capef e do próprio Banco para estimular os funcionários a não abrir mão desse importante benefício, que além de proporcionar uma porta de saída ao final da vida laborativa por meio de uma renda complementar, protege o trabalhador e seus familiares, em casos de invalidez e demais adversidades.

Em 2014, 881 novos Associados, contando com novos funcionários convocados e antigos empregados, ingressaram no Plano CV I. Número significativo e fruto de um esforço permanente de divulgação do Plano.

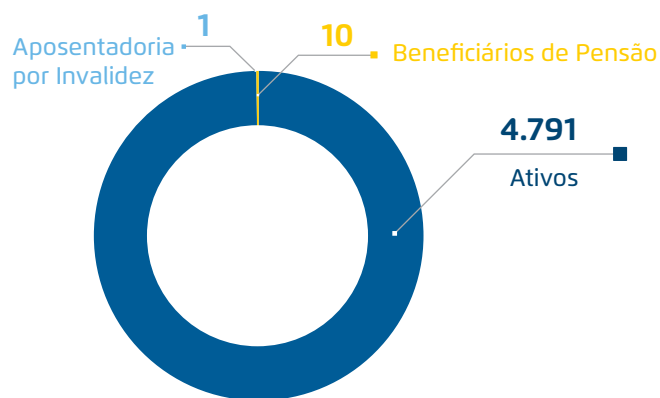
Os treinamentos de integração do BNB, ocasião em que o Plano CV I é apresentado aos novos funcionários admitidos é, de fato, um momento essencial de introdução dos conceitos e da importância da Previdência Complementar aos jovens empregados.

Previdência em números

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (99%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos, totalizando apenas onze Assistidos e Beneficiários.

Total de Participantes e Beneficiários do Plano CV I é 4.802 pessoas



Ativos

Dos 4.791 Participantes Ativos, 3.185 (66%) são homens, dos quais 1.345 (42%) pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 34 anos de idade. Entre as mulheres, observamos que 640 (40%) pertencem à mesma faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ATIVO			
20 A 24	41	98	139
25 A 34	640	1.345	1.985
35 A 44	526	938	1.464
45 A 54	253	516	769
55 A 64	138	275	413
ACIMA DE 64	8	13	21
TOTAL	1.606	3.185	4.791

Assistidos

O Plano CV I contempla somente um Participante Assistido, aposentado por invalidez.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ASSISTIDOS			
25 A 34	0	1	1
TOTAL	0	1	1

Beneficiários de Pensão

Dentre os dez Beneficiários de Pensão, destacamos que sete deles pertencem ao sexo Feminino e três pertencem ao sexo Masculino, distribuída, a maioria, na faixa etária até os 44 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO			
ATÉ 24	1	2	3
25 A 34	1	0	1
35 A 44	2	0	2
45 A 54	1	1	2
55 A 64	2	0	2
TOTAL	7	3	10

Receitas

Em 2014, a Capef obteve o total de R\$ 74,99 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.

PLANO BD	TOTAL (R\$)
Ativos	74.998.542,53
Aposentados	0,00
Pensionistas	0,00
TOTAL	74.998.542,53

Benefícios pagos

Em 2014, foram pagos R\$ 20.906,53 em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 27 pagamentos, com valor médio de R\$ 774,32. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 62.918,81, distribuídos em 70 pagamentos, com o valor médio de R\$ 898,84.

BENEFÍCIOS PAGOS	QTD.	VR TOTAL (R\$)	VR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	27	20.906,53	774,32
Suplementação de Pensão	70	62.918,81	898,84
TOTAL	97	83.825,34	864,18

No Plano CV I ocorre exatamente o contrário do que acontece no Plano BD. Por ser um Plano novo e ainda na fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições supera e muito o valor pago com benefícios.

Gestão dos Investimentos

“O Seminário de Investimentos foi uma grata surpresa! Foi um evento grandioso e através dele pude perceber o cuidado que os gestores dispensam aos nossos recursos. Antes, a Capef parecia pra mim uma coisa distante, apenas a fonte pagadora da minha aposentadoria. Após o evento e a visita institucional que fiz em suas instalações descobri uma Capef pulsante, acolhedora e que valoriza as pessoas. Parabéns!”



Rosa Maria dos Santos Del Rei

Participante Assistida do Plano BD

Superação dos desafios no âmbito econômico

O ano de 2014 foi bastante desafiador para os gestores dos fundos de pensão. Os principais mercados domésticos (Renda Variável, Renda Fixa e câmbio) sofreram muita volatilidade ao longo do ano, motivados, principalmente, pelo processo eleitoral e pela perspectiva de elevação da taxa de juros do mercado americano.

O ano ainda foi marcado por uma estagnação econômica, inflação em alta e deterioração das contas públicas. O baixo desempenho da economia brasileira foi influenciado pela desaceleração do consumo das famílias, piora das condições do mercado de trabalho, declínio das vendas do comércio varejista e contração de investimentos.

O comportamento da inflação medida pelo IPCA em 2014 teve trajetória de alta, encerrando o ano levemente abaixo do teto da meta de 6,5%, alcançando 6,41%.

Com relação à política monetária, o Banco Central adotou uma postura mais

restritiva no intuito de tentar conter a trajetória ascendente da inflação, com a taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC), encerrando o ano em 11,75%.

O Ibovespa foi negociado no patamar mínimo, próximo dos 44.900 pontos em março, atingindo o máximo em setembro em torno de 61.800, fechando o ano com 50.007 pontos.

No mercado de Renda Fixa, houve muita volatilidade dos títulos públicos federais. O cupom de juros da NTN-B com vencimento em 2050 variou de 7,08% a.a. a 5,31% a.a.

Mesmo com este cenário adverso, a Capef obteve resultados que merecem ser destacados, como a superação da meta atuarial dos seus dois Planos Previdenciários, BD e CV I. O Plano BD alcançou uma rentabilidade de 14,59%, equivalente a 118% da meta atuarial, de 12,34% e o Plano CV I apresentou uma recuperação em relação ao ano de 2013, ao obter uma rentabilidade de 12,90%, contra uma meta de 12,26%.

Expectativa para 2015

Para 2015, as expectativas também serão de um cenário desafiador, uma vez que deve ocorrer aumento de juros, uma política fiscal mais restritiva e um maior aumento do comprometimento da renda das famílias. A probabilidade de termos um número negativo para o PIB é bastante elevada.

Com relação ao IPCA, o cenário é de elevação, uma vez que se espera um aumento dos preços administrados, depreciação cambial e a recomposição de taxas sobre alguns tributos. E para o Banco Central, a expectativa é que siga com o ciclo de alta de juros.

Plano BD

Distribuição dos Investimentos

Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Total dos Investimentos	3.039.309,19	100,00
Renda Fixa	2.521.195,16	82,95
Renda Variável	125.691,38	4,14
Investimentos Estruturados	7.258,18	0,24
Imóveis	300.201,58	9,87
Operações com Participantes	84.962,89	2,80

Rentabilidade

O Plano BD alcançou rentabilidade de 14,59%, superando a meta atuarial (INPC+5,75% a.a. equivalente a 12,34%) em 2,25 pontos percentuais. Dentre os segmentos de aplicação, o de renda variável foi o grande destaque, com performance positiva de 17,97%, seguido pela carteira de imóveis com rentabilidade de 19%.

RENTABILIDADE DO PLANO BD	%
Renda Fixa	13,93
Renda Variável	17,97
Investimentos Estruturados	-6,27
Imóveis	19
Operações com Participantes	13,75
Total dos Investimentos	14,59

Demonstrativo de Investimentos

Influenciado, basicamente, pela performance dos segmentos de Renda Variável e Imóveis, o resultado alcançado em 2014, de 14,59%, superou a meta atuarial de 12,34% (INPC + 5,75% a.a.). No final do ano, o total dos investimentos

alcançou o montante de R\$ 3,04 bilhões. O quadro abaixo apresenta o desempenho dos investimentos nos últimos cinco anos, evidenciando a superação da meta atuarial ao longo dos exercícios analisados.

Rentabilidade dos investimentos nos últimos cinco anos (%)

DESCRIÇÃO	2014	2013	2012	2011	2010
Rentabilidade Nominal	14,59%	14,45%	13,54%	12,97%	18,12%
INPC	6,23%	5,56%	6,20%	6,08%	6,41%
Rentabilidade Real	7,87%	8,42%	6,91%	6,50%	11%
Resultado acima/abaixo da taxa de juros da meta atuarial *	2,12	2,42	0,91	0,50	5,00

* Em pontos percentuais

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 8,12%, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Renda Fixa

O segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 13,93%, superior à meta atuarial em 1,59 ponto percentual. Neste segmento estão alocados 82,95% dos recursos do Plano BD, por meio do Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário Exclusivo, que encerrou o ano com a seguinte composição: 90,86% em títulos atrelados ao IPCA

(NTNB); 8,99% em títulos corrigidos pela Selic (taxa básica de juros do Bacen); e 0,13% em quotas de fundos. O Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é administrado pelo BNB, em gestão compartilhada com a equipe da Capef e dois fundos abertos, um administrado pelo BTG Pactual e o outro sob a gestão da Vinci Partners.

Renda Variável

Em 2014, o mercado de ações brasileiro foi marcado por forte volatilidade, movido principalmente pela expectativa de retirada dos estímulos econômicos da economia americana e pelo processo eleitoral brasileiro. O Ibovespa encerrou 2014 com uma desvalorização de -2,912%, enquanto o IBRX50 se desvalorizou -2,645%. Apesar do cenário adverso a

carteira de ações, que representava 4,14% do total dos investimentos da Capef no final de 2014, obteve uma performance de 17,97% no ano. Esse desempenho deveu-se a uma operação de hedge (proteção) no segmento de renda variável efetuada em 2014. A gestão do Fundo de Investimentos em Ações, alocado no BNB, é compartilhada com a equipe da Capef.

FI Multimercado

A gestão própria do Fundo de Investimento em Multimercado apresentou uma rentabilidade de 12,22%. Na posição de 31/12/2014, o

fundo possuía a seguinte composição: 90,28% em ativos de renda fixa, 2,26% em ativos de renda variável e 7,46% em fundos imobiliários

Investimentos Estruturados

O segmento de Investimentos Estruturados é composto basicamente por fundos imobiliários integrantes do Plano. Em 2014, a performance do segmento foi de -6,265%, inferior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários

na bolsa, o IFIX que se desvalorizou -2,77%. A performance do segmento foi impactada negativamente pela desvalorização das cotas do fator IFIX, fundo imobiliário sob gestão do Banco Fator que apresentou uma variação negativa de -12,35%.

Imóveis

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 9,88% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 19,01%, superando, portanto, a meta atuarial de 12,34%.

O principal fator relevante, que culminou nessa rentabilidade foi a contabilização da avaliação de sete imóveis, na qual incrementaram uma receita da ordem de R\$ 30.508 mil no ano

de 2014. Referido resultado de reavaliação positiva culminou no desenquadramento passivo da carteira de imóveis cujo limite legal é de 8%.

O índice geral de vacância fechou o ano de 2014 em 10,91%. As unidades vacantes mais representativas estão situadas nos imóveis Ed. Catabas Center, em Salvador, Ed. Manhattan Tower e Ed. Visconde de Ouro Preto, ambos no Rio de Janeiro e Ed. Pedro Biagi, em São Paulo.

Operações com Participantes

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,80% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Fi-

nanciamentos Imobiliários.

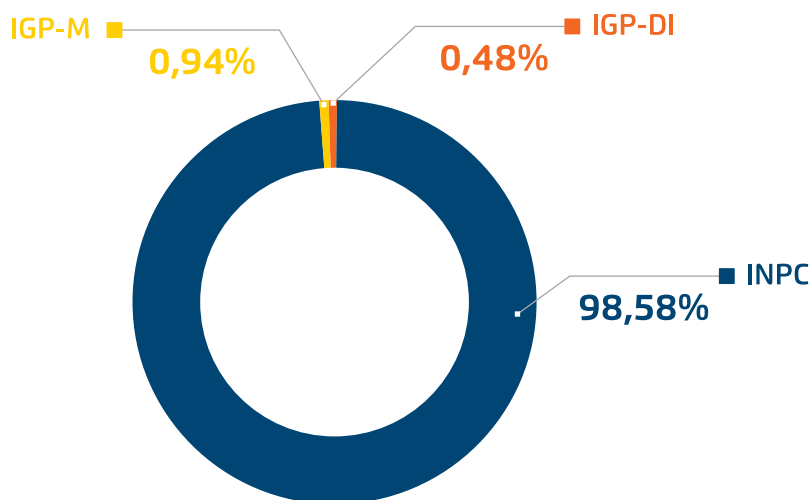
Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 13,76%, superando, portanto, a meta atuarial de 12,34%.

Empréstimos a Participantes

No exercício de 2014, o Plano BD realizou 2.140 liberações de empréstimos, sendo 350 da linha EAP 2012 e 1.790 da linha EAP 2014. A linha EAP 2014 possibilita aos Participantes a adesão à suspensão programada de pagamento das prestações em um trimestre anual fixo até o término do contrato, sendo essa opção manifestada no momento da contratação. A suspensão programada também está aberta aos contratos das

linhas anteriores a este, por meio do processo de migração do empréstimo para a nova linha EAP 2014.

O portfólio no final do ano é de 7.722 contratos ativos, totalizando R\$ 78.775 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. No que se refere à composição dos saldos devedores por tipo de indexador, a carteira de empréstimos ficou distribuída de acordo com o gráfico a seguir.



Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o fundo garantidor de empréstimo unificado, com adesão obrigatória e custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento.

Ao final de 2014, o fundo registrou saldo de R\$ 4.884 mil. No Plano

BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 15,037%, superando a meta atuarial (INPC + 5,75%) de 12,336%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 158,72 mil no período.

Financiamentos Imobiliários

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 56 contratos ativos. Ao final de 2014, o valor total dos contratos,

líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 6.187 mil. Todos os contratos estão cobertos por apólice de seguro prestamista.

Rentabilidade Bruta e Líquida

No quadro abaixo, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

Plano BD e Segmentos

SEGMENTOS DO PLANO BD	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	13,93	13,93
Renda Variável	17,97	18,02
Imóveis	19,00	20,44
Operações com participantes	13,75	13,75
Estruturados	(6,27)	(6,26)
Plano BD	14,59	14,73

Fundos Exclusivos

FUNDOS INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
BNB FI RF Previdenciário Exclusivo	14,04	14,04
BNB FI Ações Previdenciário Exclusivo	(1,86)	(1,83)
BNB FI Cotas Ações Previdenciário Exclusivo	(2,32)	(2,31)
Fundo Fortaleza Multimercado	12,22	12,24
Sul América FI Ações	(3,20)	(3,14)
Itaú FI Ações	(2,97)	(2,90)
BTG Pactual FI Ações	(0,28)	(0,23)

Plano CV I

Distribuição dos Investimentos

No quadro abaixo, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS INVESTIMENTOS (%)
Total dos Investimentos	276.458,62	100,00
Renda Fixa	254.301,32	91,99
Renda Variável	7.932,81	2,87
Investimentos Estruturados	7.201,51	2,60
Operações com Participantes	7.022,98	2,54

Rentabilidade

O Plano obteve rentabilidade de 12,91% no ano, enquanto a rentabilidade de seu benchmark (IPCA+5,5%) no mesmo período foi de 12,26%, superando, então, o referido

benchmark em 0,65 ponto percentual. No quadro a seguir é apresentada a rentabilidade dos segmentos que compõem a carteira do plano.

RENTABILIDADE DO PLANO CVI	%
Renda Fixa	15,23
Renda Variável	-7,91
Investimentos Estruturados	-1,23
Empréstimos	14,08
Total dos Investimentos	12,90

Renda Fixa

Ao final de 2014, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 15,23%, superando a meta atuarial em 2,98 pontos percentuais. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 91,99% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto

por títulos públicos (NTN-B), quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário Exclusivo, quotas do fundo de Renda Fixa de crédito privado da Vinci Partners, debêntures e DPGE.

Renda Variável

Em 2014, o mercado de ações brasileiro foi marcado por forte volatilidade, movido principalmente pela expectativa de retirada dos estímulos econômicos da economia americana e pelo processo eleitoral brasileiro no referido ano.

O Ibovespa encerrou 2014 com uma desvalorização de -2,91%, enquanto o IBRX50 se desvalorizou -2,64%. A carteira de ações, que representava 2,87% do total dos investimentos do Plano CV I, obteve uma performance de -7,91% no ano.

Investimentos Estruturados

O segmento de investimentos estruturados é composto por fundos imobiliários. Em 2014, a performance do segmento foi de -1,23%, superior ao

desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa, que é o IFIX que se desvalorizou em -2,76%.

Operações com Participantes

O segmento Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,54% dos recursos do Plano CV I, compreende somente Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2014, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 14,08%,

superando a meta atuarial (IPCA + 5,5%) de 12,26%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que apresentou uma redução de despesa na ordem de R\$ 0,75 mil no período.

Empréstimos a Participantes

Desde outubro de 2012, a Capef disponibiliza a linha de Empréstimos aos Participantes do Plano CVI. A contratação de empréstimo na linha EAP 2012 possibilita aos Participantes a adesão à suspensão programada de pagamento das prestações em um trimestre anual fixo até o término do contrato, sendo essa opção manifestada no momento da contratação.

No exercício de 2014, o Plano CV I realizou 1.068 liberações na linha

EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 1.423 contratos ativos, no valor de R\$ 7.022 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, existe o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2014, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 25 mil.

Rentabilidade Bruta e Líquida

No quadro abaixo, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

Plano CV I e Segmentos

SEGMENTOS DO PLANO CV I	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	15,23	15,23
Renda Variável	(7,91)	(7,89)
Operações com participantes	14,08	14,08
Estruturados	(1,23)	(1,23)
Plano CVI	12,90	12,91

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Rentabilidade

Por força da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) deveriam adotar uma nova planificação contábil a partir de janeiro de 2010. Uma dessas alterações se deu no âmbito administrativo, com a criação do Plano de Gestão Administrativa (PGA) para as EFPCs.

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com

maior detalhamento nas despesas administrativas, responsável pela gestão administrativa cotidiana por meio de regulamento próprio, conferindo-lhe, assim, mais transparência. Em decorrência de suas características, os recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento: Renda Fixa Previdenciário Exclusivo e em um imóvel locada a patrocinadora. Em 31/12/2014, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 28.688,25 mil.

RENTABILIDADE DO PGA	%
Renda Fixa	13,94
Imóveis	22,65
Total dos Investimentos	36,49

Resumo dos Investimentos

Patrimônio Consolidado

SEGMENTOS	2014		2013		(%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos da Entidade	3.320.673,93		3.010.755,41		
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	3.015.548,35	-	2.814.165,22	-	-
Total Investimentos	3.039.309,19	100,00	2.834.466,26	100,00	-
Renda Fixa	2.521.195,16	82,95	2.338.312,98	82,50	74 - 100
Renda Variável	125.691,38	4,14	125.993,04	4,45	0 - 6
Investimentos Estruturados	7.258,18	0,24	8.718,41	0,31	0 - 2
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	300.201,58	9,88	274.693,57	9,69	0 - 8
Operações com Participantes	84.962,89	2,80	86.748,26	3,06	0 - 10
Empréstimos	78.775,08	2,59	80.555,61	2,84	-
Financiamentos Imobiliários	6.187,81	0,20	6.192,65	0,22	-
Disponível - Caixa	919,19	-	456,29	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	961,70	-	799,73	-	-
Passivo de Investimentos	(22.760,41)	-	(19.224,73)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.881,32)	-	(2.332,33)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	276.437,33	-	180.144,40	-	-
Total Investimentos	276.458,62	100,00	180.127,37	100,00	-
Renda Fixa	254.301,32	91,99	148.663,14	82,53	40 - 100
Renda Variável	7.932,81	2,87	17.965,56	9,97	0 - 25
Investimentos Estruturados	7.201,51	2,60	11.122,37	6,17	0 - 12
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	7.022,98	2,54	2.376,31	1,32	0 - 12
Disponível - Caixa	38,14	-	21,78	-	-
Passivo Investimentos	(59,43)	-	(4,76)	-	-
Total Investimentos - PGA	28.688,25	100,00	16.445,79	100,00	-
Renda Fixa	27.553,29	96,04	16.445,79	100,00	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.134,96	3,96	-	-	0 - 8

Investimentos do Plano BD

Distribuição por segmento

SEGMENTOS	2014		2013		(%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.015.548,35	-	2.814.165,22	-	-
Total Investimentos	3.039.309,19	100,00	2.834.466,26	100,00	-
Renda Fixa	2.521.195,16	82,95	2.338.312,98	82,50	74 - 100
Renda Variável	125.691,38	4,14	125.993,04	4,45	0 - 6
Investimentos Estruturados	7.258,18	0,24	8.718,41	0,31	0 - 2
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	300.201,58	9,88	274.693,57	9,69	0 - 8
Operações com Participantes	84.962,89	2,80	86.748,26	3,06	0 - 10
Empréstimos	78.775,08	2,59	80.555,61	2,84	-
Financiamentos Imobiliários	6.187,81	0,20	6.192,65	0,22	-
Disponível - Caixa	919,19	-	456,29	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	961,70	-	799,73	-	-
Passivo de Investimentos	(22.760,41)	-	(19.224,73)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.881,32)	-	(2.332,33)	-	-

Rentabilidade

SEGMENTOS	2014		2013	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.015.548,35	14,59	2.814.165,22	14,45
Total Investimentos	3.039.309,19	-	2.834.466,26	-
Renda Fixa	2.521.195,16	13,93	2.338.312,98	10,81
Renda Variável	125.691,38	17,97	125.993,04	1,57
Investimentos Estruturados	7.258,18	-6,27	8.718,41	-11,89
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	300.201,58	19,01	274.693,57	73,71
Operações com Participantes	84.962,89	13,76	86.748,26	13,93
Empréstimos	78.775,08	15,04	80.555,61	14,73
Financiamentos Imobiliários	6.187,81	-2,06	6.192,65	3,66
Disponível - Caixa	919,19	-	456,29	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	961,70	-	799,73	-
Passivo de Investimentos	(22.760,41)	-	(19.224,73)	-
Contingência de Investimentos	(2.881,32)	-	(2.332,33)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)		10,81		8,07
IBrX (Benchmark Renda Variável)		-2,65		-4,41
Meta Atuarial (INPC + 5,75% a.a.)		12,34		11,90

Gestão Terceirizada

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.395.745,95	97,12	78,83	0,040
Itaú	20.535,14	0,83	0,68	0,400
BTG Pactual	17.095,54	0,69	0,56	0,500
SulAmérica	21.260,72	0,86	0,70	0,200
Brasil Plural	3.600,00	0,15	0,12	0,250
Fator	3.550,50	0,14	0,12	1,250
Vinci Partners	5.065,92	0,21	0,17	1,055
Total	2.466.853,77	100,00	81,16	-

Demonstrativo de Investimentos

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD		3.040.270.890,89
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS		57.632.123,12
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO		57.632.123,12
AÇÕES		6.622.913,50
PATROCINADOR(ES)		6.622.913,50
A VISTA		6.622.913,50
Valor de Mercado a Vista		6.622.913,50
FUNDO DE INVESTIMENTO		2.583.870.594,71
RENDA FIXA		2.346.371.616,05
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA		2.346.371.616,05
RENDA FIXA		2.346.371.616,05
QFIF - RF		2.341.323.172,35
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)		264.785,66
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)		5.065.924,47
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial		(282.288,97)
OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA		22,54
Pagamentos a Recuperar		22,54
AÇÕES		113.049.370,46
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES		54.162.190,08
Banco do Nordeste do Brasil S/A		54.162.190,08
FUNDO APLICADO EM QUOTAS FD INV RENDA VARIÁVEL		58.887.180,38
Banco do Nordeste do Brasil S/A		58.887.180,38
MULTIMERCADO		117.191.423,68
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO		117.191.423,68
EMPRESAS EMERGENTES		107.684,52
QUOTAS FUNDO DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		107.684,52
QFIEE		118.129,89
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial		(10.445,37)
IMOBILIÁRIO		7.150.500,00
FDO APLIC QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		7.150.500,00
Valor de Mercado - FAQFII		7.150.500,00
DERIVATIVOS		6.019.100,00
OPÇÕES ATIVOS FINANCEIROS		6.019.100,00
Opções de Venda - Titular		6.019.100,00
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		300.201.568,04
Comerciais		295.139.537,64
Shopping Centers		-
Terrenos		-
Apartamentos Residenciais		-
Direitos Alienações de Imóveis		3.301.935,36
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)		1.760.095,04
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES		78.775.076,59
Empréstimos		78.775.076,59
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES		6.187.813,20
Financiamentos Imobiliários		6.187.813,20
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS		333.634,79
Depósito Judicial		333.634,79
OUTROS REALIZÁVEIS		628.066,94
Impostos a Compensar		9.413.522,97
Provisão para perda - Impostos a Compensar		(8.785.456,03)

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2014

Consultoria de Investimentos

A Capef não mantém contrato de Consultoria de Investimentos.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.04% aa

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Variável: 0,20% a 0,50% aa

A Devolução de Corretagem sobre a tabela da BOVESPA foi, em média, 90%.

Administrador Responsável

Gestor: José Danilo Araujo do Nascimento

E-mail: danilo.araujo@capef.com.br

Telefone: (85) 4008 - 5813

Investimentos do Plano CVI

Distribuição por segmento

SEGMENTOS	2014		2013		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	%	DEZ - R\$ (MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	276.437,33	-	180.144,40	-	-
Total Investimentos	276.458,62	100,00	180.127,37	100,00	-
Renda Fixa	254.301,32	91,99	148.663,14	82,53	40 - 100
Renda Variável	7.932,81	2,87	17.965,56	9,97	0 - 25
Investimentos Estruturados	7.201,51	2,60	11.122,37	6,17	0 - 12
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	7.022,98	2,54	2.376,31	1,32	0 - 12
Disponível - Caixa	38,14	-	21,78	-	-
Passivo Investimentos	(59,43)	-	(4,76)	-	-

Rentabilidade

SEGMENTOS	2014		2013	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE%
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	276.437,33	12,91	180.144,40	(1,58)
Total Investimentos	276.458,62	-	180.127,37	-
Renda Fixa	254.301,32	15,24	148.663,14	2,81
Renda Variável	7.932,81	(7,92)	17.965,56	(14,54)
Investimentos Estruturados	7.201,51	(1,24)	11.122,37	(6,81)
Empréstimos	7.022,98	14,09	2.376,31	13,58
Disponível - Caixa	38,14	-	21,78	-
Passivo Investimentos	(59,43)	-	(4,76)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	10,81	-	8,07
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	(2,65)	-	(4,41)
Meta Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.)	-	12,26	-	11,74

Gestão Terceirizada

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	115.661,76	87,96	41,84	0,040
BTG Pactual	3.569,34	2,71	1,29	3,000
Rio Bravo	1.846,76	1,40	0,67	2,000
Vinci Partners	5.065,92	3,85	1,83	1,055
Brasil Plural	4.091,34	3,11	1,48	0,250
Fator	1.263,41	0,96	0,46	1,250
Total	131.498,54	100,00	47,57	-

Demonstrativo de Investimentos de Renda Fixa

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I		276.458.624,47
TÍTULOS PÚBLICOS		109.012.248,32
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS		109.012.248,32
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL		109.012.248,32
Valor Atualizado - NTN		109.012.248,32
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		25.556.551,69
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		15.585.540,08
DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL		15.585.540,08
Aplicação em DPGE		15.585.540,08
COMPANHIAS ABERTAS		9.971.011,61
DEBENTURES		9.971.011,61
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas		9.971.011,61
AÇÕES		3.263.621,00
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		3.263.621,00
Valor de Mercado - Instituições Financeiras		3.263.621,00
COMPANHIAS ABERTAS		-
Valor de Mercado - Companhias Abertas		-
FUNDOS DE INVESTIMENTO		131.498.544,88
RENDA FIXA		119.732.521,27
QTAS. FDS INVESTS. FINANCS. - RENDA FIXA		119.732.521,27
Valor Atualizado - QFIF-RF		114.666.596,81
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)		5.065.924,46
AÇÕES		4.564.509,29
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES		4.564.509,29
Valor de Mercado-Fundo de Ações		4.564,51
IMOBILIÁRIO		7.201.514,32
QUOTAS FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO]		7.201.514,32
Valor de Mercado-QFIIMOB		7.201.514,32
DERIVATIVOS		104.680,00
OPÇÕES ATIVOS FINANCEIROS		104.680,00
Opções de Venda - Titular		104.680,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		7.022.978,58
EMPRÉSTIMOS		7.022.978,58
EAP 2012 (IPCA)		7.022.978,58

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2014

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

Taxa de Administração de Fundo do Investimento em Renda Fixa : 0.04% aa a 1,055% aa

Taxa de Administração de Fundo de Investimento em Renda Variável: 2,50% a 3,00% aa

A Devolução de Corretagem sobre a tabela da BOVESPA foi, em média, 90%.

Administrador Responsável

Gestor: José Danilo Araujo do Nascimento

E-mail: danilo.araujo@capef.com.br

Telefone: (85) 4008 - 5813

Investimentos do PGA

Distribuição por segmento

SEGMENTOS	2014		2013		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	%	DEZ - R\$ (MIL)	%	
Total Investimentos	28.688,25	100,00	16.445,79	100,00	-
Renda Fixa	27.553,29	96,04	16.445,79	100,00	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.134,96	3,96	-	-	0 - 8

Rentabilidade

SEGMENTOS	2014		2013	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total Investimentos	28.688,25	36,49	16.445,79	28,57
Renda Fixa	27.553,29	13,94	16.445,79	11,47
Investimento Imobiliário	1.134,96	22,65	-	-

Gestão Terceirizada

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	27.553,29	100,00	100,00	0,04
Total	27.553,29	-	-	-

Demonstrativo de Investimentos de Renda Fixa

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA		28.688.247,27
FUNDO DE INVESTIMENTO		27.553.285,77
RENDA FIXA		27.553.285,77
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA		27.553.285,77
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		1.134.961,50
Edificações + Direitos a receber s/ Edificações		1.134.961,50

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2014

Consultoria de Investimentos

A Capec não mantém contrato de Consultoria de Investimentos.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.04% aa

Administrador Responsável

Gestor: José Danilo Araujo do Nascimento

E-mail: danilo.araujo@capec.com.br

Telefone: (85) 4008 - 5813

Gestão Administrativa

“A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil tem administrado seus recursos de forma bastante eficiente, dados os bons rendimentos decorrentes dos investimentos realizados até então. A boa gestão financeira da Capef advém da qualidade técnica de sua equipe, capaz de multiplicar o capital confiado pelos empregados da melhor forma possível, garantindo o retorno dos investimentos e assegurando um futuro digno e confortável para os benebeans e seus familiares. Tamaña responsabilidade tem sido cumprida com o rigor e a transparência necessárias à boa governança corporativa.”



**Lúcia de Fátima
Barbosa da Silva**

*Membro do Conselho
Fiscal da Capef
Participante Ativa dos
Planos BD e CVI*

Gestão Administrativa

Para alcançar a diretriz estratégica de racionalização das despesas administrativas, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarkings do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas

administrativas, custo administrativo mensal por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo mensal por participantes, por exemplo, vem reduzindo ao longo dos anos e quando comparado ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontra-se em patamar inferior à média do mercado.

Limite para cobertura das Despesas Administrativas

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das contribuições previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC Nº. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 32.920 mil em 2014 (R\$29.943 mil em 2013).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta:

9% sobre as contribuições dos

Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD; e

- 5,6% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de
- 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada Participante Assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do Patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2014 R\$ 15.796 mil (R\$ 14.276 mil, em 2013), que correspondeu a 0,48% dos RGPB, (0,48% também em 2013), conforme detalhamento no quadro abaixo.

PLANOS DE BENEFÍCIOS	2014	2013
PLANO BD	11.596	10.865
PLANO CV I	4.200	3.411
CONSOLIDADO (0,48% RGPB)	15.796	14.276
LIMITE (1% RGPB)	32.920	29.943

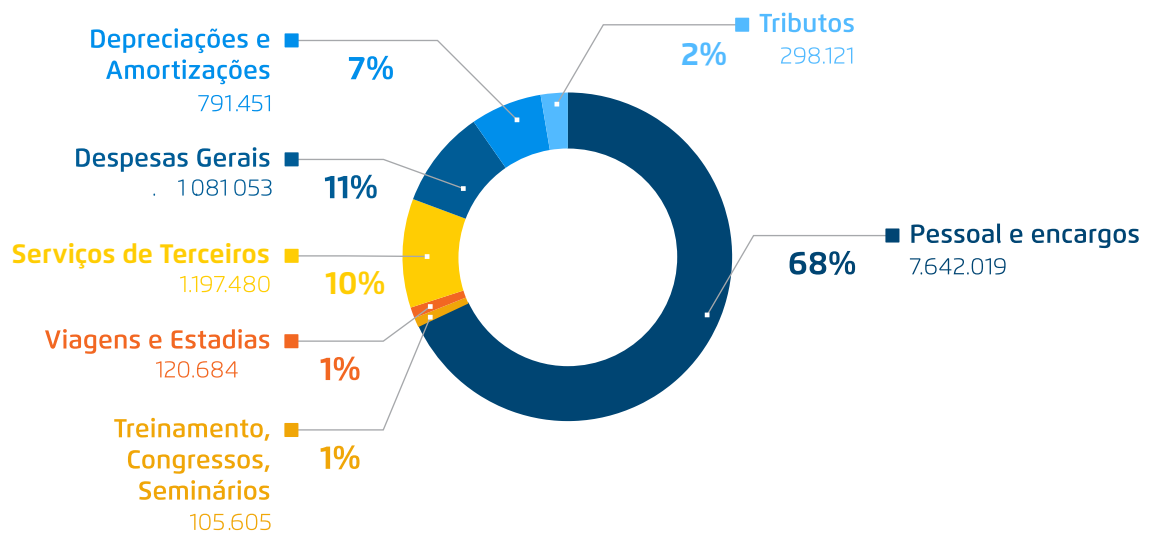
Orçamento

Em 2014, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 12.107 mil (R\$ 11.145 mil, em 2013). Foram utilizados R\$ 11.236 mil (R\$ 10.378 mil, em 2013), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente

realizada foi de R\$ 871 mil, 7,19% abaixo do valor orçado.

No gráfico a seguir são apresentados os principais grupos que constituem as despesas administrativas.

Despesas Administrativas 2014

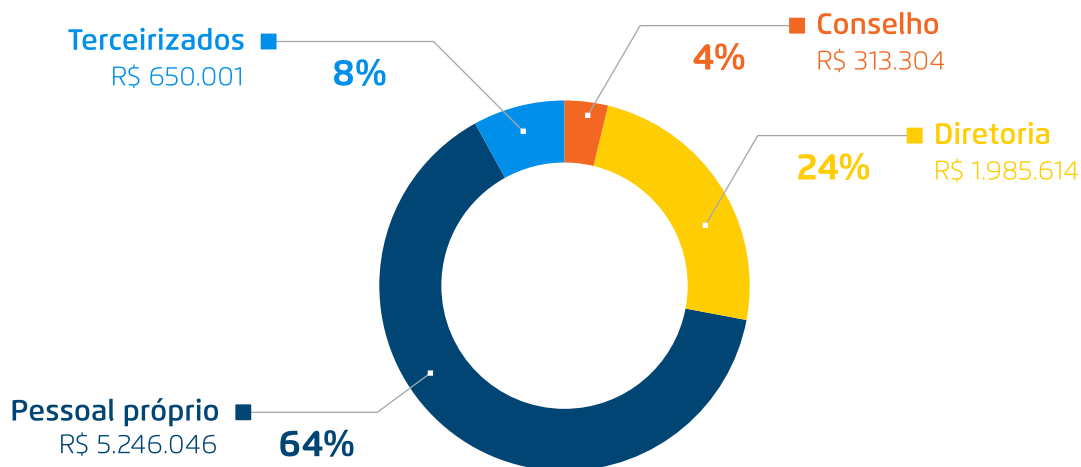


As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais.

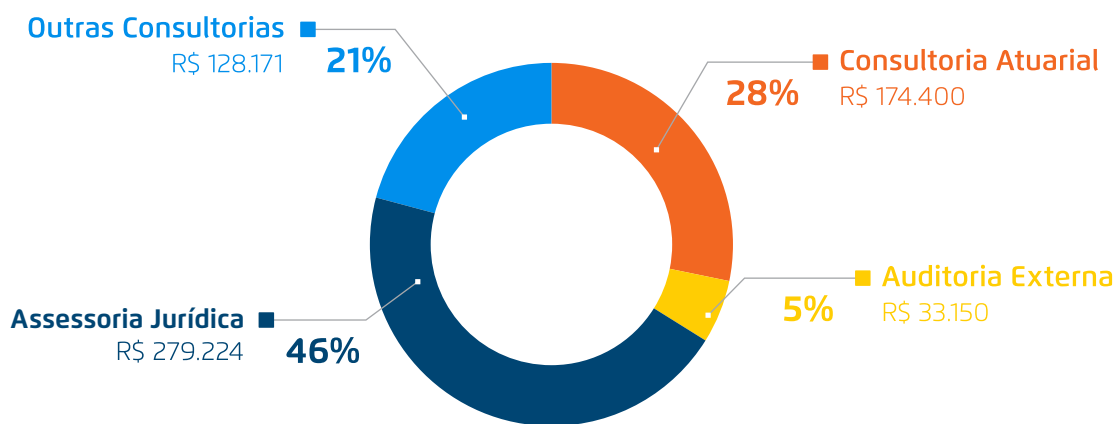
Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, telefone, envio de correspondências, vigilância e limpeza, que juntos totalizaram 49% do grupo. O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas

com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas, tais como: as Consultorias e Assessorias, Auditoria, Impressões e Envelopamentos, Guarda e Custódia de Documentos, Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição da despesa com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



No gráfico a seguir, apresentamos as despesas com Consultorias Atuariais, Auditoria Independente contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade e despesas com Assessoria Jurídica para defesa em processos judiciais.



Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2014, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 39.225 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL
Saldo no início do Exercício	28.738
(+) Custeio dos planos de benefícios	15.796
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	3.058
(+) Outras receitas administrativas	17
(-) Despesas Administrativas	11.236
(+/-) Contingências	2.852
Saldo Final do Fundo Administrativo	39.225

Principais Indicadores de Gestão

A Resolução CGPC Nº 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12º que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como

a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004.

Seguem os indicadores de gestão da Capef, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

- a) Variação Orçamentária mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- b) Custo Médio Mensal de Administração por Participante e Assistido representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido;
- c) Taxa de Administração corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
- d) Taxa de Administração dos Investimentos é a divisão das despesas administrativas dos investimentos sobre os recursos garantidores (RGPB);

- e) Taxa de Administração dos Benefícios mede a relação das despesas administrativas dos benefícios previdenciais sobre os recursos garantidores (RGPB);
- f) Taxa de Carregamento corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- g) Índice de Cobertura das Despesas Administrativas equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

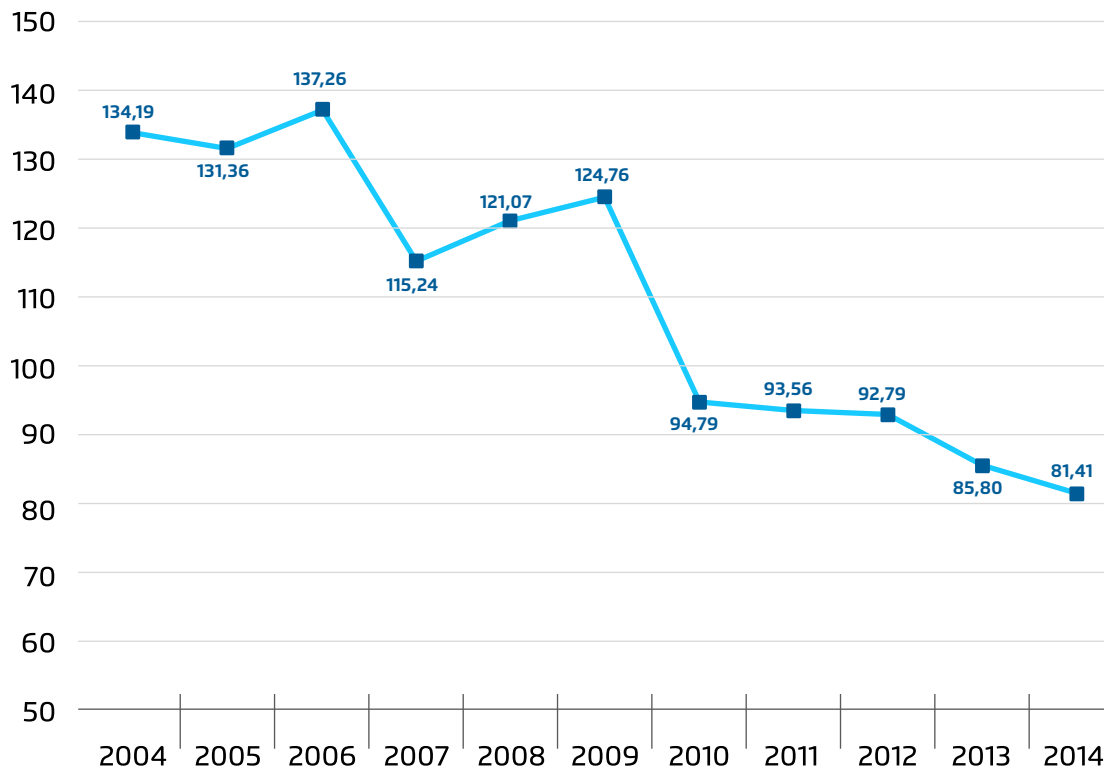
As metas e o realizado de cada indicador estão demonstrados na tabela a seguir:

INDICADORES	META	REALIZADO
Variação Orçamentária	10%	-7,48%
Custo Médio Mensal de Administração por Participantes	R\$ 94,86	R\$ 81,41
Taxa de Administração	0,3711%	0,3414%
Taxa de Administração dos Investimentos	0,1818%	0,1737%
Taxa de Administração dos Benefícios	0,1893%	0,1677%
Taxa de Carregamento	2,4282%	1,4481%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	1,27	1,40

Custo Administrativo Mensal por Participante

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capef, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre

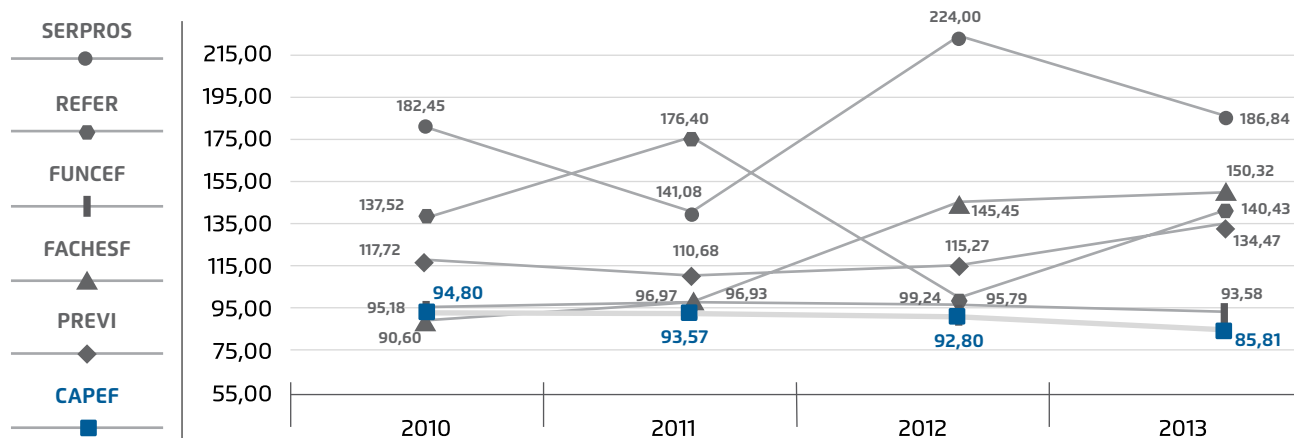
esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo Mensal por Participante, o qual tem apresentado uma trajetória de redução nos últimos anos, conforme o gráfico a seguir.



Valores data base Dez/2014

Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capec observou que o seu Custo Administrativo Mensal por Participante encontra-se em patamar inferior à média do mercado e, inclusive, abaixo do praticado por outras entidades com

quantidade de Participantes superior ao seu, conforme pesquisa divulgada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), com base nos dados de dezembro de 2013, conforme gráfico a seguir:



Políticas de Capacitação e Desenvolvimento

Na perspectiva de aprendizado e crescimento, um dos objetivos estratégicos da Capef é desenvolver competências essenciais ao negócio. Por esse motivo, a Entidade investe na qualificação de seus funcionários, auferindo permanentemente os resultados desse investimento mediante avaliações de desempenho.

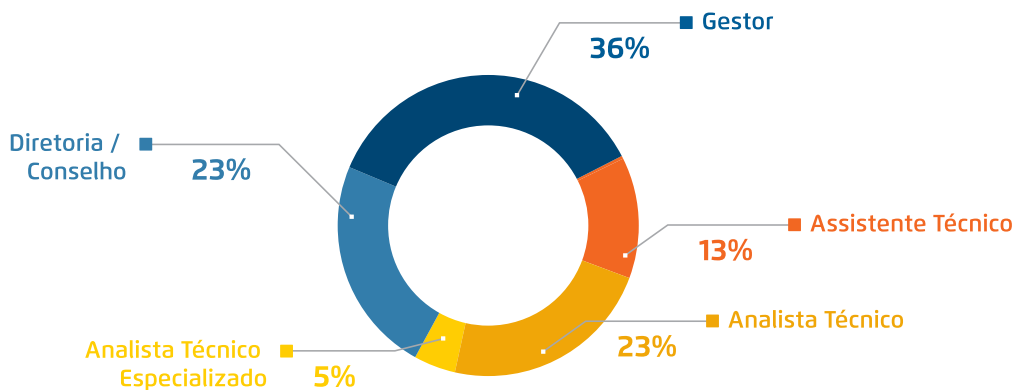
Para potencializar as ações de treinamento e desenvolvimento, visando a disseminação do conhecimento, os treinamentos realizados são repassados para as

equipes pertinentes mediante fóruns periódicos denominados de ciclos de aprendizagem.

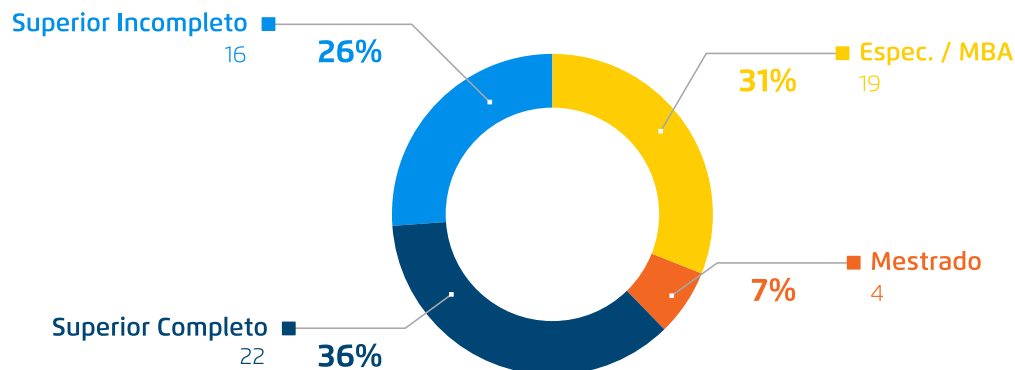
Ao longo de 2014, foram realizadas ações de treinamento do corpo funcional da Entidade, que ao final do período representaram um investimento correspondente a 2,14% da folha bruta anual.

Os gráficos abaixo apresentam a distribuição dos treinamentos em termos de investimento financeiro discriminados por categoria funcional e a escolaridade dos funcionários.

Investimento em treinamento por cargo



Escolaridade do Corpo Funcional



**Demonstrações
Contábeis
do Exercício
de 2014**

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2014

ATIVO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	973	479
REALIZÁVEL	3.381.234	3.068.630
Gestão Previdencial	35.508	34.036
Gestão Administrativa	308	2.754
Investimentos	3.345.418	3.031.840
Títulos Públicos	166.644	64.591
Crédito Privados e Depósitos	25.557	22.890
Ações	9.887	19.759
Fundos de Investimento	2.742.922	2.559.981
Derivativos	6.124	0
Investimentos Imobiliários	301.336	274.694
Empréstimos	85.798	82.932
Financiamentos Imobiliários	6.188	6.193
Depósitos Judiciais/Recursais	334	294
Outros Realizáveis	628	506
PERMANENTE	11.248	12.637
Imobilizado	7.588	9.066
Intangível	3.660	3.571
TOTAL DO ATIVO	3.393.455	3.081.746

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

PASSIVO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL	25.175	22.010
Gestão Previdencial	1.533	1.988
Gestão Administrativa	819	789
Investimentos	22.823	19.233
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	119.308	108.201
Gestão Previdencial	116.214	103.561
Gestão Administrativa	213	2.307
Investimentos	2.881	2.333
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.248.972	2.951.535
Patrimônio de Cobertura do Plano	3.193.280	2.910.611
Provisões Matemáticas	3.191.347	2.890.085
Benefícios Concedidos	2.189.747	1.922.471
Benefícios a Conceder	1.001.600	967.614
Equilíbrio Técnico	1.933	20.526
Resultados Realizados	1.933	20.526
Superávit Técnico Acumulado	1.933	20.526
Fundos	55.692	40.924
Fundos Previdenciais	11.094	7.911
Fundos Administrativos	39.225	28.738
Fundos dos Investimentos	5.373	4.275
TOTAL DO PASSIVO	3.393.455	3.081.746

CAMILLA BASTOS PAULINO
 Contadora - CRC - CE-023382/O-8
 CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
(+/-)	A) Patrimônio Social - início do exercício	2.951.535	2.695.447	9,50
	1. Adições	633.719	552.347	14,73
(+)	Contribuições Previdenciais	188.259	167.794	12,20
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	422.639	362.936	16,45
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.819	-100,00
(+)	Receitas Administrativas	15.813	15.284	3,46
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.058	1.509	102,65
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	1.098	1.005	9,25
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	2.852	0	0,00
	2. Destinações	(336.282)	(296.259)	13,51
(-)	Benefícios	(312.391)	(285.852)	9,28
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(12.655)	0	0,00
(-)	Despesas Administrativas	(11.236)	(10.378)	8,27
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	0	(29)	-100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	297.437	256.088	16,15
(+/-)	Provisões Matemáticas	301.262	252.413	19,35
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(18.593)	(6.004)	0,00
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.183	2.289	39,06
(+/-)	Fundos Administrativos	10.487	6.386	64,22
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.098	1.004	9,36
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	3.248.972	2.951.535	10,08

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANIL0 ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Ativo Líquido

Plano BD

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Varição (%)
1. Ativos	3.108.262	2.893.494	7,42
Disponível	919	456	101,54
Recebível	67.072	57.771	16,10
Investimento	3.040.271	2.835.267	7,23
Títulos Públicos	57.632	0	100,00
Ações	6.623	10.515	-37,01
Fundos de Investimento	2.583.871	2.462.510	4,93
Derivativos	6.019	0	100,00
Investimentos Imobiliários	300.201	274.693	9,29
Empréstimos	78.775	80.556	-2,21
Financiamentos Imobiliários	6.188	6.193	-0,08
Depósitos Judiciais / Recursais	334	294	13,61
Outros Realizáveis	628	506	24,11
2. Obrigações	143.374	126.736	13,13
Operacional	24.279	20.842	16,49
Contingencial	119.095	105.894	12,47
3. Fundos não Previdenciais	36.932	28.003	31,89
Fundos Administrativos	31.584	23.741	33,04
Fundos dos Investimentos	5.348	4.262	25,48
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.927.956	2.738.755	6,91
Provisões Matemáticas	2.926.044	2.718.232	7,65
Superávit/Déficit Técnico	1.912	20.523	-90,68

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Ativo Líquido

Plano CV I

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	284.158	185.153	53,47
Disponível	38	22	72,73
Recebível	7.661	5.004	53,10
Investimento	276.459	180.127	53,48
Títulos Públicos	109.012	64.591	68,77
Crédito Privados e Depósitos	25.556	22.890	11,65
Ações	3.264	9.244	-64,69
Fundos de Investimento	131.499	81.026	62,29
Derivativos	105	0	100,00
Empréstimos	7.023	2.376	195,58
2. Obrigações	74	376	-80,32
Operacional	74	376	-80,32
3. Fundos não Previdenciais	7.666	5.010	53,01
Fundos Administrativos	7.641	4.997	52,91
Fundos dos Investimentos	25	13	92,31
5. Ativo Líquido (1-2-3)	276.418	179.767	53,76
Provisões Matemáticas	265.303	171.853	54,38
Superávit/Déficit Técnico	21	3	600,00
Fundos Previdenciais	11.094	7.911	40,24

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano BD

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
(+/-) A) Ativo Líquido - início do exercício	2.738.755	2.544.715	7,63
1. Adic�es	524.289	490.583	6,87
(+) Contribui�es	128.939	121.176	6,41
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	395.350	365.588	8,14
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.819	-100,00
2. Destina�es	(335.088)	(296.543)	13,00
(-) Benefícios	(310.836)	(285.678)	8,81
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(12.656)	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	(11.596)	(10.865)	6,73
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	189.201	194.040	-2,49
(+/-) Provisões Matemáticas	(207.812)	(200.030)	3,89
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	18.611	5.990	210,70
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.927.956	2.738.755	6,91
C) Fundos não previdenciais	36.932	28.003	31,89
(+/-) Fundos Administrativos	31.584	23.741	33,04
(+/-) Fundos dos Investimentos	5.348	4.262	25,48

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILAO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CV I

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
(+/-) A) Ativo Líquido - início do exercício	179.767	125.109	43,69
1. Adic�es	102.406	60.894	68,17
(+) Contribui�es	75.117	60.894	23,36
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	27.289	0	100,00
2. Destina�es	(5.755)	(6.236)	-7,71
(-) Benefícios	(1.555)	(173)	798,84
(-) Custeio Administrativo	(4.200)	(3.411)	23,13
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(2.652)	-100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	96.651	54.658	76,83
(+/-) Provisões Matemáticas	(93.450)	(52.383)	78,40
(+/-) Fundos Previdenciais	(3.183)	(2.289)	39,06
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(18)	14	-228,57
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	276.418	179.767	53,76
C) Fundos não previdenciais	7.666	5.010	53,01
(+/-) Fundos Administrativos	7.641	4.997	52,91
(+/-) Fundos dos Investimentos	25	13	92,31

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANIL0 ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (PGA)

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	28.738	22.353	28,56
1. Custeio da Gestão Administrativa	21.723	16.792	29,37
1.1. Receitas	21.723	16.792	29,37
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	15.796	14.276	10,65
Receitas Diretas	13	1	1200,00
Resultado Positivo dos Investimentos	3.058	1.509	102,65
Reversão de Contingências	2.852	0	100,00
Outras Receitas	4	1.006	-99,60
2. Despesas Administrativas	11.236	10.407	7,97
2.1. Administração Previdencial	5.520	5.124	7,73
Pessoal e encargos	3.658	3.373	8,45
Treinamentos/congressos e seminários	55	62	-11,29
Viagens e estadias	65	60	8,33
Serviços de terceiros	615	498	23,49
Despesas gerais	731	689	6,10
Depreciações e amortizações	396	413	-4,12
Contingências	0	29	-100,00
2.2. Administração dos Investimentos	5.716	5.283	8,20
Pessoal e encargos	3.984	3.668	8,62
Treinamentos/congressos e seminários	50	59	-15,25
Viagens e estadias	56	56	0,00
Serviços de terceiros	582	496	17,34
Despesas gerais	648	591	9,64
Depreciações e amortizações	396	413	-4,12
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	10.487	6.385	64,24
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	10.487	6.385	64,24
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	39.225	28.738	36,49

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano BD

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.076.678	2.869.753	7,21
1. Provisões Matemáticas	2.926.044	2.718.232	7,65
1.1. Benefícios Concedidos	2.187.877	1.921.446	13,87
Benefício Definido	2.187.877	1.921.446	13,87
1.2. Benefícios a Conceder	738.167	796.786	-7,36
Benefício Definido	738.167	796.786	-7,36
2. Equilíbrio Técnico	1.912	20.523	-90,68
2.1. Resultados Realizados	1.912	20.523	-90,68
Superávit Técnico acumulado	1.912	20.523	-90,68
Reserva de Contingência	1.912	20.523	-90,68
3. Fundos	5.348	4.262	25,48
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	5.348	4.262	25,48
4. Exigível Operacional	24.279	20.842	16,49
4.1. Gestão Previdencial	1.519	1.617	-6,06
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22.760	19.225	18,39
5. Exigível Contingencial	119.095	105.894	12,47
5.1. Gestão Previdencial	116.214	103.561	12,22
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.881	2.333	23,49

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CV I

em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	276.517	180.156	53,49
1. Provisões Matemáticas	265.303	171.853	54,38
1.1. Benefícios Concedidos	1.870	1.025	82,44
Contribuição Definida			
Benefício Definido	1.870	1.025	82,44
1.2. Benefício a Conceder	263.433	170.828	54,21
Contribuição Definida	263.433	170.828	54,21
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	130.357	84.599	54,09
Saldo de contas - parcela participantes	133.076	86.229	54,33
2. Equilíbrio Técnico	21	3	600,00
2.1. Resultados Realizados	21	3	600,00
Superávit Técnico acumulado	21	3	600,00
Reserva de contingência	21	3	600,00
3. Fundos	11.119	7.924	40,32
3.1. Fundos Previdenciais	11.094	7.911	40,24
3.2. Fundos de Investimentos	25	13	92,31
4. Exigível Operacional	74	376	-80,32
4.1. Gestão Previdencial	15	371	-95,96
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	59	5	8,00

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capecf), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capecf, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS

A Capecf administra 02 (dois) planos previdenciários:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da PREVIC adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2014, o plano possui 1.981 participantes ativos (2.283, em 2013), 3.584 participantes assistidos (3.348, em 2013) e 1.135 pensionistas (1.100, em 2013).

2.2) Plano de Contribuição Variável – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2014, conta com 4.791 participantes ativos (3.967, em 2013), 1 participante assistido (3, em 2013) e 10 pensionistas (7, em 2013).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capecf e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às

práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC Nº 29, de 31 de agosto de 2009; Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/PREVIC Nº 5, de 08 de setembro de 2011; a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos) e cada atividade desse ser segregada por Plano de Benefícios, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários   consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instru o MPS/SPC No. 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participa o no Plano de Gestão Administrativa” e “Participa o no Fundo Administrativo PGA”.

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Entidade elabora mensalmente e envia trimestralmente   Previc, os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além de um balancete consolidado da Entidade.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de premissas na determinação e registro de estimativas contábeis, caso aplicável, inclusive expectativas de eventos futuros que acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da administração são:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa conforme consente o item 8.1 do Anexo C – Normas Gerais da Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011.

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em Caixa e Equivalentes de Caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria e remessa de numerários para outras praças até a data do balanço.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referentes aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Refere-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Resoluções 3.846, de 25/03/2010 e 4.275, de 31/10/2013, ambas do Conselho Monetário Nacional – CMN. Os títulos da CAPEF podem ser classificados como “para negociação” ou

“mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “para negociação”. Os demais títulos, que são classificados como mantido até o vencimento, respeitam o estudo de *Asset Liability Management* – ALM da Entidade.

4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente a CAPEF tem alocação em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que é indexada pela variação do IPCA, e Letra Financeira do Tesouro (LFT). Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE e Debêntures. As aplicações em DPGE são investimentos que contam com a garantia, de até R\$ 20 milhões por instituição financeira, do FGC – Fundo Garantidor de Crédito. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

4.2.4.4) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Parte dos Títulos Públicos indexados a IPCA e todos os DPGE's estão contabilizados como títulos mantidos até o vencimento, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Demonstrativo Atuarial – DA.

A Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

b) Ações

São classificados como fundos de ações, aqueles que possuem, no mínimo, 67% do patrimônio do fundo aplicados em ações. Os fundos são contabilizados diariamente pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo,

conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

c) Multimercado

São classificados como multimercados, os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. O Fortaleza Multimercado FI é contabilizado diariamente pela variação das quotas.

d) Empresas Emergentes

São fundos que investem em uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua estratégia e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração. São contabilizadas diariamente, nesta rubrica, as variações das quotas do fundo Nordeste Empreendedor.

e) Imobiliário

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, *shopping center*, hospitais, etc). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores.

4.2.4.5) Derivativos

Nessa conta são registrados os pagamentos ou os recebimentos dos prêmios das opções sobre ações e índices, negociados pela CAPEF.

4.2.4.6) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação,

determinado por perito independente, para imóveis com prazo de aquisição superior a três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados eventualmente valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução No. 34, de 24 de Setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Contábeis, subitem 19.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência. Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas da Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quadro I
Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.7) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa, similar à do quadro I, ver nota 5.3.5 e 5.3.6.

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder ao limite máximo contratado com uma companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a ou 12% a.a., conforme o caso, pela taxa de juros de 6% a.a.

4.2.4.8) Depósitos Judiciais/Recurais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.9) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar. (Vide nota 5.3.9).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo custo da reavaliação realizada em 2013, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 em consonância com a convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se evidenciadas em Nota Explicativa. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõe o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura dos Planos, que se subdivide em Provisões Matemáticas, Equilíbrio Técnico e Fundos.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período,

os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas.

4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.
- Gestão Administrativa – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem a meta fixada pelo atuário e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir seus investimentos considerando a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com

destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capecf desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capecf.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Capecf possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico financeiro do plano.
- Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas, ou de concentração de créditos em poucos emitentes.
- Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
- Risco Operacional / legal: É o risco de falhas ou fraudes nos processos e sistemas que possam comprometer os resultados do plano ou gerar questionamentos legais por desrespeito ao ordenamento jurídico.
- Risco Atuarial: É o risco de que o plano apresente padrão de segurança econômico-financeira incapaz de assegurar sua liquidez, sua solvência e seu equilíbrio técnico.

4.5) Tributação

4.5.1) Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de

01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009, a CAPEF é obrigada ao pagamento quadrimestral da TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1) REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber em face de revisão no Regulamento do ano de 2003 do Plano BD (R\$ 13 mil), os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 213 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 35.103 mil, além de valores a serem ressarcidos pelos participantes dos Planos BD (R\$ 158 mil) e CV (R\$ 20 mil).

PLANO	RECURSOS A RECEBER		ADIANTAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
BD	14	122	213	213	35.103	33.555	158	139	35.488	34.029
CV	0	6	0	0	0	0	20	1	20	7
	14	128	213	213	35.103	33.555	178	140	35.508	34.036

Destacamos a seguir o detalhamento da rubrica “Outros Recursos a Receber” do Plano BD, subconta da rubrica Recursos a Receber; pois, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, os saldos das rubricas contábeis que contenham a denominação “Outro (a)s” deverão ser detalhados, quando ultrapassarem um décimo do valor do respectivo grupo de contas contábeis no total.

5.1.1) Outros Recursos a Receber

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014	2013
Patrocinadores	7	13
BNB (1)	7	13
Capecf	0	0
Participantes	6	13
BNB (1)	6	13
Capecf	0	0
TOTAL	13	26

Os valores correspondem a: (1) diferenças de contribuições dos patrocinadores e participantes ativos e pensionistas do Plano BD, face revisão do Regulamento de 2003, que estão sendo pagas de forma parcelada.

5.2) REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos realizados a empregados (salários, 13º salário, férias e outros) a serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, créditos tributários de IRRF/CSLL atualizados monetariamente a serem compensados junto à Secretaria da Receita Federal, além de utilizações de recursos da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2014, os recebíveis administrativos totalizaram R\$ 308 mil (R\$ 2.754 mil em 2013).

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014	2013
Contas a Receber	148	508
Contribuições para Custeio	13	395
Responsabilidade de Empregados	118	98
Responsabilidade de Terceiros	17	15
Despesas Antecipadas	157	121
Adiantamentos	76	35
Pagamentos Antecipados	73	84
Almoxarifado	8	2
Depósitos Judiciais/Recursais	0	2.125
Tributos a Compensar	3	0
TOTAL	308	2.754

O saldo deste grupamento corresponde a:

- i) Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições dos meses de dezembro; empréstimos de férias concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- ii) Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cuja apropriação se dará no mês de competência; cartões-refeição de funcionários; diversas garantias de manutenção de softwares e hardwares da Capef e estoque de materiais de escritório e de limpeza que serão reconhecidas como despesas com a sua efetiva utilização.
- iii) Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL mensalmente atualizados a serem compensados junto à Secretaria da Receita Federal.

5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

O saldo consolidado dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está detalhado no quadro a seguir:

RUBRICAS	2014	2013
Investimentos	3.345.418	3.031.840
Títulos Públicos	166.644	64.591
Nota do Tesouro Nacional	109.012	64.591
Letras Financeiras do Tesouro	57.632	-
Créditos Privados e Depósitos	25.557	22.890
Instituições Financeiras	15.586	13.625
Companhias Abertas	9.971	9.265
Ações	9.887	19.759
Instituições Financeiras	3.264	366
Companhias Abertas	-	8.878
Patrocinadores	6.623	10.515
Fundos de Investimento	2.742.922	2.559.981
Renda Fixa	2.493.657	2.292.865
Ações	117.614	124.199
Multimercado	117.191	123.076
Índice de Mercado	-	-
Empresas Emergentes	108	144
Imobiliário	14.352	19.697
Derivativos	6.124	-
Opções - Ações	6.124	-
Investimentos Imobiliários	301.337	274.694
Empréstimos	85.798	82.932
Financiamentos	6.188	6.192
Depósitos Judiciais/Recursais	334	294
Outros Realizáveis	628	506

5.3.1) Títulos Públicos

5.3.1.1) Nota do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Nota do Tesouro Nacional série – B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes do Plano CV I.

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	40	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	660	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.500	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.200	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	MERCADO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	0	0	0	MERCADO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	5.000	0	0	0	MERCADO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	MERCADO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	0	0	0	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	0	0	0	VENCIMENTO
TOTAL					0	0	

5.3.1.2) Letras Financeiras do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, que são títulos corrigidos pela SELIC. Os títulos deste item são ativos integrantes da carteira do Plano BD.

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATE- GORIA
LFT	TESOURO	19/01/20	4.765	19.994	31.150	31.150	MERCADO
LFT	TESOURO	19/01/20	1.586	9.992	10.368	10.368	MERCADO
LFT	TESOURO	19/01/20	2.465	16.002	16.114	16.114	MERCADO
TOTAL					57.632	57.632	

5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito – DPGE, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores dos DPGE variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DPGE	Banco Indusval	02/03/15	2.000	2.000	3.344	3.344	VENCIMENTO
DPGE	Banco Fibra	02/03/15	2.000	2.000	3.338	3.338	VENCIMENTO
DPGE	Banco Schahin	16/12/15	2.000	2.000	3.335	3.335	VENCIMENTO
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	04/04/17	4.000	4.000	5.569	5.569	VENCIMENTO
Total					15.586	15.586	

5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DEBENTURE	C.A.R.T	15/12/24	5.000	5.022	5.225	5.108	VENCIMENTO
DEBENTURE	CEMIG	15/02/25	4.700	4.690	4.746	4.709	VENCIMENTO
Total					9.971	9.817	

5.3.3) Ações

5.3.3.1) Instituições Financeiras

As ações de BBAS3 (Banco do Brasil) registradas na rubrica de instituições financeiras pertencem exclusivamente ao Plano CV I. O referido papel possui um custo de R\$ 3.332 mil e um valor de mercado de R\$ 3.264 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações se dão através da cotação de fechamento do pregão da Bovespa.

5.3.3.2) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 6.623 mil, enquanto que o valor de custo está em R\$ 87 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

5.3.4) Fundos de Investimento

5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa da Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, administrado pelo BNB em gestão compartilhada com a Capef, por cotas do fundo Capital Market, de gestão do Banco BTG Pactual e por cotas do fundo Vinci FI Renda Fixa Imobiliário, de gestão da Vinci Partners, este pertencente às carteiras próprias dos planos BD e CVI.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto a uma instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009. Dentro da carteira de renda fixa, ainda há R\$ 282 mil bloqueados judicialmente. Segue o detalhamento da carteira consolidada:

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	CATEGORIA
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/15	77.709	98.351	194.345	198.653	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/20	28.400	49.905	70.259	72.391	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/24	242.597	337.605	543.905	617.720	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/35	316.106	513.686	736.190	780.605	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/45	260.225	367.181	561.887	640.027	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.300	3.268	3.261	3.261	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	42.000	130.764	146.966	105.370	Vencimento
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	07/09/15	34.180	223.245	223.343	223.343	Negociação
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	01/01/19	2.318.078	3.036	3.136	3.136	Negociação
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	244	244	-
TESOURARIA	-	-	-	-	5	5	-
Cota do Fundo Vinci FII RF Imobiliário	Vinci	-	92.658	-	10.132	10.132	-
Cota do Fundo Capital Market	BTG Pactual	-	45.754	-	265	265	Negociação
Total de Renda Fixa				1.727.041	2.493.939	2.655.151	

(*) Encontram-se bloqueados, por ordem judicial, R\$ 282 mil.

As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre os três planos da Capef. O Plano BD detêm 61.205.213 cotas, enquanto o Plano CV I possui 2.997.533 cotas e o Plano de Gestão Administrativa é detentor de 720.278 cotas.

Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e CVI e plano de gestão administrativa.

R\$ mil

	2014	2013
Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	2.483.543	2.292.865
Plano BD	2.341.323	2.215.237
Plano CV	114.667	61.182
Plano de Gestão Administrativa	27.553	16.446

5.3.4.2) Ações

O valor que compõe essa rubrica é formado pelo saldo total dos investimentos de dois fundos exclusivos: o Banco do Nordeste FIA Previdenciário Exclusivo, que contem 1.173.399,004 de cotas; e o Banco do Nordeste FIC FIA Previdenciário Exclusivo, que contem 1.618.781,324 cotas. O patrimônio total desses fundos é composto exclusivamente por recursos do Plano BD. Os ativos integrantes das carteiras dos fundos encontram-se custodiados em instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme disciplinado na Resolução CMN n.º 3792, de 24 de setembro de 2009.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras de Fundo de Investimentos em Ações encontram-se discriminados a seguir:

R\$ mil

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
ABEV3	9.034	8.824
ALLL3	341	228
BBAS3	3.164	3.142
BBDC3	527	529
BBDC4	9.122	9.914
BBSE3	2.222	2.502
BRAP4	326	237
BRFS3	5.180	6.812
BRKM5	0	0
BRML3	884	757
BRPR3	285	158
BVMF3	2.665	2.359
CCRO3	2.228	1.969
CIEL3	3.043	3.315
CMIG4	966	847
CRUZ3	109	100
CSAN3	607	528
CSNA3	392	222
CTIP3	651	715
CYRE3	312	259

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
ECOR3	97	98
EMBR3	1.584	1.813
ESTC3	984	950
FIBR3	685	863
GFS3	19	12
GGBR4	1.711	1.275
GOAU4	106	75
GOLL4	446	486
HGTX3	466	375
HYPE3	738	736
ITSA4	3.653	3.722
ITUB4	12.472	12.664
JBSS3	1.714	2.335
KLBN11	212	264
KROT3	2.646	3.068
LAME4	689	861
LREN3	841	941
MDIA3	292	291
MIL3	94	36
MRFG3	91	81

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
MRVE3	102	96
MULT3	42	38
NATU3	529	440
OIBR4	104	39
PCAR4	1.477	1.445
PETR3	3.096	1.891
PETR4	7.131	4.720
POMO4	1	1
QGEP3	18	14
QUAL3	309	342
RADL3	202	213
RENT3	823	845
RLOG3	43	46
SBSP3	99	80
SEER3	88	104
SLCE3	9	7
SMLE3	203	198
SULA11	49	45
SUZB5	674	794
TIMP3	955	915

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
TOTS3	142	133
TRPL4	106	118
UGPA3	3.497	3.313
USIM5	407	260
VALE3	4.916	3.575
VALE5	6.397	4.731
VIVT4	1.840	1.796

TITULOS	FINANCEIRO
COTAS DE FUNDOS	9.875
COMPROMISSADA	4.771
RECEBER DOS FUNDOS	2.335
CAIXA	71

INVESTIMENTOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - TOTAL CUSTO 104.858
 INVESTIMENTOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - TOTAL FINANCEIRO 117.614

5.3.4.3) Multimercado

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado cujo montante totaliza R\$ 117.191 mil, sendo seu patrimônio composto exclusivamente por recursos do Plano BD.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras do Fundo Fortaleza Multimercado encontram-se discriminados a seguir:

TIPO	EMISSION / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)
Ações no mercado a vista	-	-	-	2.694	2.650	2.650	Negociação
Fundos Imobiliários	-	-	-	11.505	8.736	8.736	Negociação
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	2.686.217	-	20.091	20.091	Negociação
Fundo de Renda Fixa	Btg Pactual	-	3.436.789	-	19.889	19.889	Negociação
FIDC	CEEE(*)	15/07/15	2.792	2.792	387	387	Negociação
FIDC	CESP(*)	15/06/17	22	6.875	3.080	3.080	Negociação
Debêntures	Transmissão Paulista	15/12/17	250.000	2.522	2.635	2.635	Vencimento
Debêntures	CEMIG	15/12/17	780.000	7.815	11.673	11.673	Vencimento
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/24	5.000	5.022	5.108	5.108	Negociação
DPGE	Banco Schahin	25/04/16	2.000	2.000	3.297	3.297	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	193	473	484	484	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	5.000	12.173	13.330	12.544	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.600	3.879	4.248	4.014	Vencimento
LFT	Tesouro Nacional	01/03/19	580	3.788	3.792	3.792	Negociação
LFT	Tesouro Nacional	01/03/20	720	4.703	4.707	4.707	Negociação
LFT	Tesouro Nacional	01/03/20	2.000	12.265	13.075	13.075	Negociação
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	-42	-42	-
Tesouraria	-	-	-	-	52	52	-
Total de Renda Fixa				78.506	117.191	116.171	

(*) Os ativos em destaque possuem um valor de aplicação superior ao valor contábil devido os mesmos já estarem sendo amortizados.

Em 31/12/2014, apenas ações ON do Banco do Brasil faziam parte do Fundo Fortaleza Multimercado.

5.3.4.4) Empresas Emergentes

A carteira de Empresas Emergentes é composta por cotas do fundo Nordeste Empreendedor administrado pelo Banco BTG Pactual. Essa aplicação, no valor de R\$ 108 mil, é exclusiva do Plano BD.

5.3.4.5) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I e possuem R\$ 14.352 mil aplicados em cotas de seis fundos imobiliários conforme quadros a seguir:

Plano BD: R\$ mil

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
FII BR PLURAL ABSOLUTO	5.000	3.600
FATOR IFIX FII	5.000	3.551
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	10.000	7.151

Plano CV: R\$ mil

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.971	1.847
SP DOWNTOWN FII	5.000	3.643
FII BR PLURAL ABSOLUTO	2.500	447
FATOR IFIX FII	2.000	1.263
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	12.471	7.201

5.3.4.6) Derivativos

O valor que compõe essa rubrica é formado pelos prêmios pagos e recebidos decorrente de compras e vendas de opções do Índice Futuro do Ibovespa, para fins de *hedge* da carteira de renda variável dos planos BD e CVI. Em 31/12/2014, a posição atualizada referente aos direitos a receber decorrente de prêmios pagos foi de R\$ 6.019 mil para o plano BD e de R\$ 105 mil para o plano CV1. Em relação à posição atualizada referente às obrigações a pagar decorrente de prêmios recebidos em 31/12/2014 foi de R\$ 2.537 mil para o plano BD e R\$ 44 mil para o Plano CV1.

5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de imóveis, pertencente exclusivamente ao Plano BD, encerrou o ano de 2014 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 300.202 mil (R\$ 274.694 mil, em 2013), sendo R\$ 295.139 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos e R\$ 5.062 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis e créditos diversos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2014:

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO NO ANO (%)
	2013	2014	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	274.694	300.202	9,29%
EDIFICAÇÕES	268.991	295.139	9,72%
IMÓVEIS LOCADOS	247.619	264.716	6,90%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	21.214	30.166	42,20%
OUTROS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	158	257	62,66%
DIREITOS CREDITÓRIOS	5.703	5.062	-11,24%
LOCAÇÕES	3.178	1.760	-44,62%
ALIENAÇÕES	2.525	3.302	30,77%

5.3.5.1) Edificações

O aumento do ativo da carteira de imóveis é explicado, principalmente, pelas reavaliações dos imóveis ocorridas durante o ano.

Ao longo do exercício de 2014, no tocante a ativos edificados, a carteira sofreu modificações patrimoniais positivas decorrentes basicamente de dois eventos: 1) reavaliação de sete imóveis; e 2) reformas diversas dos prédios Beira Mar Trade Center – BMTC (CE), Apolônio Sales (PE), Empresarial Center (PE), Pedro Biagi (SP), Parque Cultural Paulista (SP) e Século de Frontin (RJ).

Os imóveis reavaliados trouxeram reflexos patrimoniais no Plano BD, tudo à luz da periodicidade máxima de 36 meses, prevista na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de perito independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 18.943 mil ao valor da carteira:

QUADRO DE REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL - 2014

UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES			%
			CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR	VALOR DE AVALIAÇÃO	RECEITA DE REAVALIAÇÃO LÍQUIDA	
BA	ED. BOULEVARD FINANCEIRO	mai/14	8.545.692,79	15.300.000,00	6.754.307,21	+ 79,04%
SP	ED. PEDRO BIAGI	jun/14	25.530.115,20	32.029.400,00	6.499.284,80	+ 25,46%
PE	ED. EMPRESARIAL CENTER	jul/14	1.667.923,86	3.030.000,00	1.362.076,14	+ 81,66%
CE	ED. ATLANTIC CENTER	jul/14	206.739,34	386.970,00	180.230,66	+ 87,18%
CE	ED. FRAN CARVALHO	nov/14	7.603.728,60	8.660.254,00	1.056.525,40	+ 13,89%
SP	ED. PARQUE CULTURAL PAULISTA	nov/14	26.409.354,65	29.500.000,00	3.090.645,35	+ 11,70%
CE	ED. BEIRA MAR TRADE CENTER	dez/14	10.109.321,78	21.674.042,63	11.564.720,85	+ 114,40%
			69.963.554,44	88.906.624,00	18.943.069,56	+ 27,08%

Em 2014, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo de R\$ 1.078 mil, com destaque para as garantias recebidas em razão de imóveis locados a terceiros – caução, que detinha saldo individual de R\$ 881 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

Os investimentos imobiliários finalizaram o ano de 2014 com um desenquadramento passivo de 1,877% em função dos resultados positivos das reavaliações ocorridas no período. Vale ressaltar que o inciso I do artigo 52 da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, não considera infração aos limites estabelecidos nesta norma os desenquadramentos passivos decorrentes de valorização de ativos. Ressalta-se que a Entidade vem envidando esforços para o seu reenquadramento ao limite legal de 8%, no prazo estabelecido pela legislação.

5.3.5.2) Alienações

Ocorreram as seguintes alienações de imóveis durante o exercício de 2014:

QUADRO DE VENDAS DOS IMÓVEIS 2014

UF	IMÓVEL	UNI-DADES	MÊS	VALORES EM R\$				%
				CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA	JUROS FINANCIAMENTO	LUCRO	
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 151	jan/14	8.129,92	21.000,00		12.870,08	+ 158,31%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 316 e 323	abr/14	16.231,43	44.620,00		28.388,57	+ 174,90%
CE	ED. ATLANTA	Ap. 404	abr/14	274.625,00	290.000,00		15.375,00	+ 5,60%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Sala 1006	ago/14	117.903,44	290.000,00	290.000,00	172.096,56	+ 145,96%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 319	ago/14	8.092,69	29.109,78		21.017,09	+ 259,70%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Salas 1109 a 1112	set/14	500.374,75	1.301.374,84		801.000,09	+ 160,08%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 506	set/14	8.008,08	26.190,00		18.181,92	+ 227,04%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 336	dez/14	24.750,02	27.000,00		2.249,98	+ 9,09%
				958.115,33	2.029.294,62	-	1.071.179,29	+ 111,80%

No entanto, a Entidade possui ainda um saldo de R\$ 135.640 mil relativo a parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios BMTC, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza-Ce.

O saldo acima informado é retificado, principalmente, pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações. As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas. Em dezembro de 2014, tal provisão alcançou o saldo de R\$ 132.169 mil, do qual se destaca o valor de R\$ 131.682 mil, relativo a vendas realizadas na década de 90 do empreendimento Beira Mar Trade Center (CE), todas com processos judiciais em andamento. Para composição do valor líquido dos direitos de alienações é deduzida ainda a rubrica de juros a apropriar (R\$ 143 mil).

Assim, o saldo líquido da conta de alienação de imóveis, no

final do exercício, conta com um montante de R\$ 3.302 mil (R\$ 2.525 mil em 2013).

Segue a composição do saldo devedor por imóvel alienado: R\$ 96 mil referentes a salas do prédio Medical Center (CE); R\$ 3.126 mil para o BMTC (CE); R\$ 50 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE) e R\$ 30 mil para apartamento do Edifício Atlanta (CE).

5.3.5.3) Locações

No ano de 2014, o total de direito obtido sobre locações alcançou a soma de R\$ 10.879 mil (R\$ 10.697 mil em 2013), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação.

O valor acima é retificado pelas contas de provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel, atingindo o montante de R\$ 9.106 mil em 2014 (R\$ 7.519 mil em 2013). As provisões são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

Destarte, o saldo líquido da rubrica de locações, no final do exercício, conta com um total de R\$ 1.760 mil (R\$ 3.178 mil em 2013).

Com relação às ações judiciais do segmento imobiliário, transitam em juízo 94 ações, incluindo principalmente execução de dívidas antigas de locação e aquelas relacionadas às vendas a prazo das unidades do BMTC, em Fortaleza-CE, que representa em torno de 25% (vinte e cinco por cento) do total dos processos.

Na carteira de imóveis, encontram-se ainda registrados 141 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

5.3.6) Empréstimos

Plano de Benefício Definido - Plano BD

No exercício de 2014, o plano realizou 2.140 liberações de empréstimos, sendo 350 da linha EAP 2012 e 1.790 da linha EAP 2014, com portfólio ao final do ano de 7.722 contratos ativos, totalizando R\$ 78.775 mil;

em 2013 o valor correspondeu a R\$ 80.555 mil (saldo líquido após o desconto de provisões de perdas). Segue a composição ao final de dezembro de 2014: 0,48% do saldo correspondem a empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI; 98,58% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC; e apenas 0,94% referem-se aos contratos atualizados pela equivalência salarial.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, foi concluído o processo de migração da antiga apólice de seguro-prestamista para o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Referida rubrica contava ao final de 2014 com saldo de R\$ 4.884 mil (R\$ 3.857 mil em 2013), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO EM DEZ/13 (R\$ MIL)	ENTRADAS (R\$ MIL)	BAIXAS (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (R\$ MIL)	SALDO EM DEZ/14 (R\$ MIL)
3.857	1.494	1.059	592	4.884

O modelo foi criado após parecer atuarial, surgindo como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano de Contribuição Variável - Plano CV I

No exercício de 2014, o Plano CV I realizou 1.068 liberações do EAP 2012 – CV, apresentando ao final do período um portfólio de 1.423 contratos ativos, no valor de R\$ 7.022 mil; em 2013 o valor correspondeu a R\$ 2.376 mil (saldo líquido após o desconto de provisões de perdas). A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA.

Assim como o Plano BD, o Plano CV também possui Fundo Garantidor de Empréstimo, que garante a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2014, o saldo da rubrica importava em R\$ 25 mil (R\$ 13 mil em 2013), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO EM DEZ/13 (R\$ MIL)	ENTRADAS (R\$ MIL)	BAIXAS (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (R\$ MIL)	SALDO EM DEZ/14 (R\$ MIL)
13	31	21	T	25

5.3.7) Financiamento Imobiliário

Alinha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2014 ainda 56 contratos ativos no valor total de R\$ 6.187 mil (R\$ 6.192 mil em 2013), saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas. Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2014 de R\$ 2.771 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a IPCA + 6% ao ano. Paralelamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, encontra-se constituída uma provisão no montante de R\$ 1.641 mil para os casos de inadimplência.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando o montante de R\$ 24.177 mil em 31 de dezembro de 2014.

5.3.8) Depósitos Judiciais/Rekursais

O saldo de R\$ 334 mil em 2014 (R\$ 294 mil em 2013) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: R\$ 83 mil – ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; R\$ 86 mil – ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; R\$ 125 mil – ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a

Capecf goza de imunidade tributária; e R\$ 40 mil – ação de revisão dos contratos de compra e venda das salas 910 e 911 e das vagas de garagem 533 a 536 do Edifício Beira Mar Trade Center.

5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 628 mil (R\$ 506 mil em 2013) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capecf já solicitou a restituição dos valores junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2014, o Ativo Permanente da Capecf, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 11.248 mil (R\$ 12.637 mil em 2013).

6.1 Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 7.588 mil (R\$ 9.066 mil em 2013).

	R\$ mil	
	2014	2013
Imobilizado	7.588	9.066
Bens Móveis	423	523
Bens Imóveis	7.165	8.543

O teste de recuperabilidade aplicado pela Entidade, realizado com base na Resolução CFC 1.110, de 29 de novembro de 2007 que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos utilizou os parâmetros da apólice de seguro em vigor para avaliar o valor de mercado dos bens da Entidade, este demonstrou que o valor contábil dos ativos apresenta-se recuperável.

A administração não encontrou evidências nas fontes internas e externas que assinalem grupo de ativos que estejam desvalorizados, tendo em vista a idade recente de seus bens e do parque tecnológico que compõe o imobilizado.

6.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28 de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8 de 31 de outubro de 2011 para atender à convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem

como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2014, apresentou saldo de R\$ 3.660 mil (R\$ 3.571 mil em 2013). Segue detalhamento da composição do intangível.

Projetos	Custo Total	Prazo de Amortização	Início da Amortização	% Amortização	Amortização no Ano (R\$ mil)	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil
Sistema de Benefício	2.618	120 meses	mai/11	10%	247	905	1.713
Sistema de Imóveis	478	60 meses	jan/16	20%	-	-	478
Sistema de Empréstimos	83	60 meses	jan/11	20%	17	66	17
Sistema de Cálculo Atuarial	10	60 meses	abr/11	20%	2	9	1
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	fev/15	20%	-	-	429
Sistema de Provisão Judicial	50	60 meses	jan/11	20%	10	40	10
Sistema de Gestão Atuarial	888	60 meses	fev/15	20%	-	-	888
Software	748	60 meses			63	623	125
TOTAL	5.304				339	1.644	3.660

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2014, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.533 mil (R\$ 1.988 mil em 2013).

O saldo corresponde, primordialmente, às provisões de pecúlios, aposentadorias e restituições a pagar aos participantes do Plano BD em R\$ 710 mil; às retenções do Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Secretaria da Receita Federal na devida competência, no valor de R\$ 735 mil; e ao valor do custeio a repassar à Gestão Administrativa no total de R\$ 13 mil.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativos ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, bem como ao ingresso de recursos que contribuirão para formação de resultados de meses subsequentes e retenções incidentes sobre os pagamentos decorrentes de gastos administrativos a serem repassadas à SRF - Secretaria da Receita Federal na devida competência. No final do exercício de 2014, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 819 mil (R\$ 789 mil em 2013).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2014, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 22.823 mil (R\$ 19.233 mil em 2013).

Neste grupo encontram-se registrados, preponderantemente, os tributos compensados com os créditos tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação, reconhecidos em 2007 e não homologados em 2008, cujo saldo totaliza R\$ 18.891 mil (R\$ 17.872 mil em 2013).

A exigibilidade surgiu após a compensação dos tributos de responsabilidade da Capef no período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Tais compensações foram interrompidas após o recebimento de notificação da SRF informando a não homologação do crédito do RET.

Dessa forma, em dezembro de 2008 foi registrada a provisão dos impostos a recolher, face possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato. Vide nota 11.2.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o Plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

A moeda funcional do quadro a seguir é expressa em R\$ mil e detalha a composição da rubrica Exigível Contingencial.

Rubrica	2014	2013
Exigível Contingencial	119.308	108.201
Gestão Previdencial	116.214	103.561
Provisionado (Provável)	81.111	70.006
Depósito Judicial	33.815	32.358
Depósito Recursal	1.288	1.197
Gestão Administrativa	213	2.307
Provisionado (Provável)	213	182
Depósito Judicial	0	2.106
Depósito Recursal	0	19
Investimentos	2.881	2.333
Provisionado (Provável)	2.547	2.040
Depósito Judicial	334	293

O saldo dos Depósitos Judiciais/ Recursais da Gestão Previdencial refere-se aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa dos interesses da Entidade (depósitos recursais) totalizando uma constituição de R\$ 1.548 mil.

Em 31 de dezembro de 2014, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 119.308 mil (R\$ 108.201 mil em 2013). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CVI.

8.1) Gestão Previdencial

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável estão distribuídas conforme quadro a seguir.

Rubrica	2014	2013
Exígível Contingencial - Provável		
Saldo Inicial	70.006	74.851
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	190	199
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(5)	(12.349)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	11.063	8.301
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(143)	(995)
Saldo Final	81.111	70.006

O saldo final refere-se:

- i) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 11.084 mil;
- ii) a obrigações decorrentes de demandas judiciais, excedentes aos efeitos da adesão ao Regulamento de 2003, referentes a diferença de benefício líquida de contribuições, devolução de contribuição extra e de contribuição acima de 360 dias, valor do pecúlio, abono, cesta-alimentação e outras no valor de R\$ 70.027 mil; e

Ressalte-se que há 178 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução nº 1.180, de 24 de julho, de 2009. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 775.627 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de ser avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Gestão Administrativa

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

Rubrica	2014	2013
Exígível Contingencial - Provável		
Saldo Inicial	2.307	2.279
Reversão de Depósitos Judiciais / Recursais	(2.125)	0
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	31	28
Saldo Final	213	2.307

Os depósitos judiciais e recursais no valor total de R\$ 2.125 mil que correspondiam a uma ação trabalhista em que o reclamante pleiteava o pagamento de diversas verbas (R\$ 336 mil) e a uma ação de PIS/COFINS (R\$ 1.789 mil) foram baixados. Em relação à ação trabalhista houve ganho de causa da contraparte. Já a ação de PIS/COFINS movida pela CAPEF a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, vide nota 11.1, teve sua sentença transitada em julgado com ganho de causa à CAPEF. Não existem demandas classificadas como possíveis.

O Plano de Gestão Administrativa encerrou 2014 com um processo judicial de danos morais, no valor de R\$ 213 mil.

8.3) Investimentos

As contingências do fluxo de investimento, pertencente exclusivamente ao Plano BD, classificada como perda provável, finalizaram o exercício de 2014 com um saldo de R\$ 2.881 mil (R\$ 2.333 mil em 2013).

Rubrica	2014	2013
Exigível Contingencial - Provável		
Saldo Inicial	2.333	2.073
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	40	0
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	2	0
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	506	260
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	0	0
Saldo Final	2.881	2.333

O saldo final refere-se:

- i) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras. A Entidade desistiu da ação face adesão a MP 2.222/01;
- ii) no segmento de investimentos imobiliários as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias no valor de R\$ 1.365 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis da Capef no total de R\$ 158 mil;
- iii) no segmento de empréstimos e financiamentos as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 605 mil e a uma única ação de revisão de contrato de empréstimos no montante de R\$ 57 mil;

iv) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totalizando o montante de R\$ 334 mil.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2014, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 2.926.044 mil (R\$ 2.718.232 mil em 2013). A variação de 7,65% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano, além do efeito das mudanças de premissas atuariais.

	R\$ mil	
Rubrica	2014	2013
Provisões Matemáticas	2.926.044	2.718.232
Benefícios concedidos	2.187.877	1.921.446
Benefícios a conceder	738.167	796.786

Mesmo considerando os efeitos da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio possui o montante dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições, as Provisões Matemáticas aumentaram em termos reais (o aumento de 7,65% é superior à variação do INPC no período, 6,23%). Tal aumento real é decorrente de:

- i) Mudanças na taxa de juros atuarial (redução de 0,25 pontos percentuais);
- ii) Recomposição do valor dos benefícios, no percentual de 0,73%, relativo ao reajuste de 2009 não concedido integralmente.

O saldo das Provisões Matemáticas que pertence ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2014, totalizou R\$ 265.303 mil (R\$ 171.853 mil, em 2013). O crescimento de 54,38% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em Maio de 2010.

	R\$ mil	
RUBRICA	2014	2013
Provisões Matemáticas	265.303	171.853
Benefícios concedidos	1.870	1.025
Benefícios a conceder	263.433	170.828

9.1.2) Equilíbrio Técnico

9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

O superávit de R\$ 20.523 mil apresentado no Plano BD, na posição de dezembro de 2013, foi impactado positivamente, no exercício de 2014, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 395.350 mil e, negativamente, no valor de R\$ 413.961 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, constituição de despesas administrativas e reversão de contingências, resultando no superávit de R\$ 1.912 mil na posição de 31 de dezembro de 2014, conforme destacado no quadro a seguir. Assim, em 31 de dezembro de 2014, registrou-se superávit técnico acumulado de R\$ 1.912 mil.

R\$ mil

SUPERÁVIT EM 31/12/2013	20.523
Fluxo Previdencial	(181.898)
Investimentos	395.350
Custeio administrativo	(11.596)
Provisões Atuariais	(207.812)
Contingências	(12.655)
SUPERÁVIT EM 31/12/2014	1.912

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31 de dezembro de 2014, apresenta-se superavitário em R\$ 21 mil (atuarialmente superavitário em R\$ 3 mil, na posição de 31 de dezembro de 2013), visto que parte das obrigações atuariais existentes, referentes aos benefícios concedidos, possuem características de benefício definido.

O resultado atuarial a seguir demonstra o impacto positivo do recebimento das contribuições e do resultado positivo dos investimentos no valor de R\$ 100.850 mil e, negativo, no valor de R\$ 100.832 mil pelo aumento das obrigações do plano, pagamento de despesas administrativas e constituição de fundos previdenciais.

R\$ mil

RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2013	3
Fluxo Previdencial	73.561
Investimentos	27.289
Custeio administrativo	(4.200)
Provisões Atuariais	(93.450)
Fundos Previdenciais	(3.182)
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2014	21

9.2) Fundos

9.2.1) Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: i) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; ii) o saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e iii) a recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para benefício de risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos do Plano CV I totalizam R\$ 11.094 mil, na posição de 31 de dezembro de 2014, (R\$ 7.911 mil, em 2013) sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 4.897 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 6.197 mil).

Não consta na posição de 31 de dezembro de 2014, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído ou desconstituído pelas receitas oriundas dos Custeios Administrativos recebidos dos Planos de Benefício, Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa, deduzidas das Despesas e Contingências Administrativas. No exercício de 2014, o Plano BD destinou 9,00% (9,00%, em 2013) e o Plano CV I 5,6% (5,6%, em 2013) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos, ao custeio administrativo. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 39.225 mil (R\$ 28.738 mil, em 2013).

9.2.3) Fundos de Investimentos

9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e

Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2014, registram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 5.348 mil (R\$ 4.262 mil, em 2013). No exercício de 2014, foi utilizado do fundo o valor de R\$ 1.111 mil (R\$ 953 mil, em 2013), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 1.546 mil (R\$ 1.437 mil, em 2013) decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 651 mil (R\$ 508 mil, em 2013), em virtude de sua rentabilidade.

9.2.3.2) Plano CV - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2014, registraram-se fundos no Plano CV I no valor de R\$ 25 mil. No exercício de 2014, foi utilizado o valor de R\$ 42 mil, em razão do falecimento de mutuários; constituídos R\$ 52 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 2 mil, em virtude de sua rentabilidade.

10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa foi estabelecida através do Anexo C – Normas Gerais, da Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

A Capef implantou essa segregação ainda em 2009 com a criação do Balancete de Operações Administrativas, denominado de Plano Gestor, observando a experiência de outras Entidades e antecipando-se à obrigatoriedade legal. Para a criação do novo Balancete foi necessária a transferência dos recursos administrativos do Balancete do Plano de Benefício para o Balancete do Plano Gestor.

Em 31 de dezembro de 2014, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 11.236 mil (R\$ 10.378 mil em 2013).

	R\$ mil	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2014	2013
Pessoal e Encargos	7.642	7.040
Treinamentos/Congressos e Seminários	105	121
Viagens e Estádias	121	116
Serviços de Terceiros	1.197	994
Despesas Gerais	1.082	1.281
Depreciação e Amortização	792	826
Tributos	297	0
TOTAL	11.236	10.378

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração de investimentos. Os critérios adotados pela Capef para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimento foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e de despesas de administração de investimentos respectivamente.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de apoio foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

No final, a participação de cada administração ficou assim representada: 49,12% (49,09%, em 2013) para a Administração Previdencial e de 50,94% (50,88%, em 2013) para a Administração dos Investimentos.

Conforme estabelece a Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio do fundo de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo.

	R\$ mil	
	2014	2013
Participação no Fundo Administrativo	39.225	28.738
Plano BD	31.584	23.741
Plano CV	7.641	4.997

11. TRIBUTOS FEDERAIS

11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional.

No mês seguinte, o Juízo, em decisão liminar, autorizou o depósito dos valores

correspondentes às sobreditas contribuições, até a resolução definitiva do mandado de segurança. A partir de então, a CAPEF, ao invés de recolher essas contribuições e repassá-las à União, passou a depositá-las em conta bancária à disposição do Poder Judiciário.

Em dezembro do mesmo ano, o Juízo julgou a pretensão da CAPEF procedente e suspendeu “a exigibilidade da cobrança de PIS e COFINS com base no art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98”, além de autorizar “a compensação dos valores recolhidos a maior, a título de PIS e COFINS”.

Contra essa decisão, a União interpôs recurso de apelação, todavia, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região o desproveu, confirmando integralmente aquela sentença. Diante dessa decisão e, ainda, considerando alguns precedentes dos Tribunais Superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF), a CAPEF, por orientação do advogado que a representava nessa ação, suspendeu os depósitos que vinha realizando.

Posteriormente, a União ainda interpôs recurso extraordinário, todavia, o seu processamento foi sobrestado até a resolução do recurso extraordinário nº 561.908/RS, pelo STF.

Em agosto de 2013, quando houve a resolução desse recurso, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região ajustou o seu entendimento anterior, exclusivamente no que diz respeito ao tema prescrição, no sentido de assentar que o seu prazo é de cinco anos.

Finalmente, em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF, com o ajuste relacionado prazo prescricional, que se consolidou em cinco anos, em vez de dez.

Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas. Aquele pedido foi deferido e a CAPEF levantou o montante de R\$ 2.830.278,10 em 04/06/2014, data em que os autos do processo foram arquivados, encerrando-o.

11.2) Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A Entidade questiona junto à esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET – Regime Especial de Tributação, alusivos ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004. Esse crédito, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008.

A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e

a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic e a reconhecer a multa de 20%.

Em 2012 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil) relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004. Permanecem pendentes de homologação os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 e ao 4º trimestre de 2004 no valor de R\$ 8.870 mil (valor original de R\$ 3.963 mil).

Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1) ATIVO CONTINGENTE – OFND

Em 23/06/1986, através do Decreto-Lei nº 2.228, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das Entidades Fechadas de Previdência Privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas), nas “Obrigações” desse Fundo (OFND’s), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

O Decreto-Lei nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei nº 2.228 modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens aos investidores. Assim, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ingressou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, objetivando à observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Em 29.11.2010 o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879 /RJ.

Considerando que a receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, a CAPEF não efetuou seu registro contábil conforme estabelece o Ofício 4630/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, que impede a realização do registro contábil enquanto não houver manifestação da Justiça Federal em relação aos valores devidos e a forma de pagamento.

A CAPEF continua com o acompanhamento acerca dos fatos posteriores à

decisão judicial, no sentido de verificar a confirmação daqueles fatores, o posicionamento do órgão fiscalizador PREVIC, para no momento oportuno, melhor avaliar sobre a possibilidade de reconhecimento do respectivo direito.

12.2) TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS

Em atendimento ao artigo 16, da Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, informamos que a nova forma de apuração da taxa de juros, em conformidade com o estabelecido no artigo 3º da Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014 que modificou o item 4 da Resolução CGPC nº 18 e o ajuste na precificação de ativos, conforme artigo 3º da Resolução CNPC nº 16 de 19/11/2014 que modificou a Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, poderão impactar a situação econômica e financeira dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Em relação aos planos administrados pela Capef, esses impactos tenderão a ser nulos ou positivos.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2015.

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Pareceres

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Conselheiros da

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF
Fortaleza – CE

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase

Precificação das obrigações atuariais

A Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, determinou reduções na taxa juros atuariais a ser adotada pelos planos de previdência do país, com efeitos nas demonstrações contábeis de 2013. Essa taxa, que até o ano de 2013 estava determinada em 6% ao ano, obedece a uma escala de redução gradual de pelo menos em 0,25% ao ano, até chegar a 4,5% ao ano em 2018.

Conforme comentado na nota explicativa nº 12.2, foram estabelecidas novas regras de precificação das provisões matemáticas, com efeitos a partir do balanço de 2015, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos será utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano, substituindo, assim, a escala de redução gradual.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, consoante as normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar naquele exercício, cujo relatório datado de 31 de janeiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Fortaleza – CE, 27 de fevereiro 2015.

PHF Auditores Independentes S/S

CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – CE

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – CE

Manifestação do Conselho Deliberativo

Relativa às Demonstrações Contábeis e Atuariais do exercício de 2014

Este Conselho, em sua 238ª Reunião realizada no dia 23/03/2015, em atendimento ao disposto no anexo C, item 17, alínea k, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013 e pela Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014 e com base no art. 28, “d” do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2014:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- j) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal.

Desta forma, com base nos documentos apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela PHF Auditores Independentes S/S, Atuarh Consultoria Atuarial, Vesting Consultoria Atuarial e do Conselho Fiscal da Capef citados acima, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Deliberativo se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2014 e ratifica a divulgação, nos meios de comunicação da Entidade das referidas demonstrações, em atendimento ao artigo 1º da Resolução do MPS/CGPC Nº 2, de 03/03/2011 dentro

do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual da Capef, bem como disponibilizar aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido.

Fortaleza – Ceará, 23 de março de 2015.

Romildo Carneiro Rolim
Presidente

Stélio Gama Lyra Júnior
Vice – Presidente

José Nilton Fernandes
Conselheiro

José Jurandir Bastos Mesquita
Conselheiro

Ailton Carvalho dos santos
Conselheiro

Paulo Eduardo Andrade Patrício
Conselheiro

Manifestação do Conselho Fiscal

Relativa às Demonstrações Contábeis e Atuariais do exercício de 2014

Este Conselho, em sua 402ª Reunião, realizada no dia 18/03/2015, com base nos documentos exigidos pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de Agosto de 2013, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capef, e considerando ainda o Parecer dos Atuários e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao exercício de 2014, em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade.

Fortaleza – Ceará, 18 de março de 2015.

Izabel Christina de Carvalho Colares Maia

Presidente

Ricardo Vaz Bezerra

Vice – Presidente

Lúcia de Fátima Barbosa Da Silva

Conselheira

Luiz Sérgio Farias Machado

Conselheiro

Parecer da Avaliação Atuarial Plano BD

1. Este parecer refere-se à avaliação atuarial do plano da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF) na modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, estando avaliado na posição de 31/12/2014.
2. A obrigação atuarial do Plano BD da CAPEF, em 31/12/2014, foi quantificada em **R\$ 2.926.044.363,56**. Confrontada com o Ativo Líquido do Plano, de **R\$ 2.927.956.261,27** ficou quantificado superávit de **R\$ 1.911.897,71**, correspondente a 0,07% do Ativo Líquido do Plano e idêntico percentual em relação às provisões matemáticas. Referido superávit deverá ser destinado à formação de Reserva de Contingência, conforme disciplinado no artigo 7º da Resolução CGPC/ MPS Nº 26, de 29/09/2008.
3. Os dados cadastrais empregados nesta avaliação atuarial consideraram informações com posição de 31/12/2014. Foram realizados testes de consistência em relação às informações da base cadastral. Ao final, a base cadastral foi julgada consistente e satisfatória para a realização da avaliação atuarial. Todas as informações são de responsabilidade da CAPEF, não fazendo parte da avaliação atuarial qualquer auditoria em relação a dados de participantes ativos, de assistidos e de seus beneficiários.
4. Em relação ao exercício anterior, os custos normais, sem despesas administrativas, sofreram diminuição, de 13,28% para 12,48%, redução de 80 pontos percentuais, ficando dentro da margem de evolução das mencionadas despesas. A contribuição dos assistidos não sofreu alteração, relativamente ao ano anterior, tendo sido mantida em 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento).
5. A meta atuarial vigente em 2014 – variação do INPC, acrescida da taxa de juros atuarial de 5,75% ao ano – ficou quantificada em 12,33%. Neste mesmo período a rentabilidade nominal efetiva dos investimentos alcançou 14,59%, que resultou, descontada a variação do INPC, de 6,23%, na obtenção de rentabilidade real de 7,87%. A rentabilidade nominal dos investimentos correspondeu a 118,33% da meta atuarial.
6. Em atendimento ao inciso 1-II do Anexo VIII à Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, encontram-se detalhadas, adiante, as variações percentuais ocorridas nos valores das provisões matemáticas, levantadas atuarialmente nas posições de final de 2013 e de 2014, descontando-se a variação do INPC no mesmo período.

Quadro N°1 – Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas do Plano BD entre 31/12/2013 e 31/12/2014 – Valores Atualizados e Posicionados em 31/12/2014 – Registro nas Demonstrações Atuariais (DA)

PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2013 ⁽¹⁾	31/12/2014	VARIAÇÃO
Benefícios Concedidos	R\$ 2.041.151.980,52	R\$ 2.187.877.367,91	7,19%
Benefícios a Conceder	R\$ 846.425.753,56	R\$ 738.166.995,65	(12,79%)
Total	R\$ 2.887.577.734,08	R\$ 2.926.044.363,56	1,33%

Nota: (1) valores de 31/12/2013, atualizados para 31/12/2014 pela variação do INPC em 2014, de 6,23%.

7. Conforme demonstrado no Quadro nº 1, provisões matemáticas totais sofreram, de 2013 para 2014, elevação percentual de 1,33% acima da variação do INPC em 2014. Enquanto a rubrica de Benefícios Concedidos (BC) experimentou acréscimo de 7,19%, a rubrica Benefícios a Conceder (BaC) ficou reduzida, em -12,79%, ambos em termos reais. O aumento real nos valores das provisões matemáticas totais decorreu, principalmente, em função da redução da taxa real anual de juros, de 5,75% para 5,5% na data da avaliação atuarial de 31/12/2014, e do reajuste nos valores dos benefícios acima da variação do INPC, de 7,3% (sete inteiros e três décimos por cento) em termos nominais, possibilitado pela aplicação do Art. 86 do Regulamento do Plano BD.
8. O Plano BD conta com 6.628 participantes, assim distribuídos: 1.981 ativos e 4.647 assistidos, sendo 3.614 aposentados e 1.033 pensionistas. Os riscos atuariais associados a este plano estão relacionados apenas à variação da base cadastral, aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas ficam expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral de beneficiários do plano, grupo secundário. Não se espera para o grupo principal variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além das projeções de crescimento salarial de 1% (um por cento) ao ano e de variação do INPC, seguindo as regras do regulamento do plano, a primeira já tratada como hipótese financeira. Pelo exposto, não estão sendo avaliadas, neste momento, medidas extraordinárias para mitigação dos riscos biométricos deste plano.
9. Assim, consideradas as premissas, o método atuarial, os regimes financeiros, os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela CAPEF, concluímos que na posição de 31/12/2014 o plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) da CAPEF se encontrava atuarialmente equilibrado. Não ocorreram modificações, seja do método, seja

do regime financeiro. Desta forma propomos a manutenção do plano de custeio ora vigente para ser aplicado durante o ano de 2015, conforme Quadro nº 2.

Quadro Nº2 – Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2015

Salário de Contribuição	Taxa de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.325,95 em 2015 (R\$ 2.167,71 em 2014).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

10. Em relação aos participantes assistidos e beneficiários assistidos, estes com benefícios vigentes a partir de 03/08/1998, os mesmos deverão ter suas contribuições mantidas em 21,25% do valor do benefício de suplementação.

11. Em 31/12/2014 o resultado do exercício, de R\$1.911.897,71, representou decréscimo nominal, de -90,68%, em relação ao resultado de 31/12/2013, de R\$ 20.523.279,93. Referido decréscimo resultou do efeito conjunto advindo sobretudo: (i) da redução da taxa de juros atuarial real, de 5,75% para 5,5%; e (ii) do reajuste nominal de 7,3% (sete inteiros e três décimos por cento) no valor dos benefícios, sendo que o percentual de 1,01% acima da inflação medida pela variação do INPC em 2014, de 6,23%, refere-se à recomposição parcial do reajuste concedido em 2009, inferior, naquela oportunidade, à variação do INPC de 2008. A recomposição citada no item (ii) observou o artigo 86 do Regulamento do Plano.

Quadro Nº 3 – Comparativo da Variação do Resultado do Plano BD entre 31/12/2013 e 31/12/2014

RUBRICA	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO
1. Provisões Matemáticas	R\$ 2.718.231.887,49	R\$ 2.926.044.363,56	7,65%
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 1.921.445.900,89	R\$ 2.187.877.367,91	13,87%
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 796.785.986,60	R\$ 738.166.995,65	(7,36%)
2. Ativo Líquido do Plano	R\$ 2.738.755.167,42	R\$ 2.927.956.261,27	6,91%
RESULTADO (2-1)	R\$ 20.523.279,93	R\$ 1.911.897,71	(90,68%)

12. O resultado superavitário do plano BD em 2014, de R\$ 1.911.897,71 (hum milhão, novecentos e onze mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos),

resultou de fatores conjunturais favoráveis, notadamente o retorno líquido dos investimentos, de 14,59%, em termos nominais, que, em termos reais, correspondeu a 7,87%, acima da taxa de juros atuarial, de 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), que vigorou ao longo do ano de 2014, ainda que tenha havido redução no valor monetário deste resultado, comparativamente ao valor do resultado quantificado na avaliação encerrada em 31/12/2013.

13. Observando-se as regras contidas no Regulamento do Plano BD, as provisões matemáticas importam, na posição de 31/12/2014, em R\$ 2.926.044.363,56, sendo R\$ 2.187.877.367,91 para Benefícios Concedidos e R\$ 738.166.995,65 para Benefícios a Conceder, valores esses apurados de acordo com as normas em vigor e com base nas práticas atuariais correntes. Ditas provisões matemáticas expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciais do Plano BD avaliado e aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial de R\$ 1.911.897,71. O método atuarial agregado e o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios encontram-se apropriadamente empregados nas avaliações deste plano de benefícios. Em comparação à avaliação atuarial de 31/12/2013 não ocorreram modificações, seja do método, seja do regime financeiro.

14. Este é o nosso parecer.

Eloina Maria Pinheiro Diógenes
Atuária – MIBA nº 1216

Parecer da Avaliação Atuarial

Plano CV I

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2014 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25.03.2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19.05.2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005, na modalidade de contribuição variável, pois os benefícios de aposentadoria programada apresentam características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. Os benefícios são calculados em função dos saldos acumulados no momento da aposentadoria e fruídos pelos participantes em duas fases distintas: na fase não mutualista de renda certa a prazo certo, com benefícios mensurados em quotas, e na fase mutualista de renda vitalícia, com benefícios expressos em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o custeio dos benefícios programados e de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios não programados. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

O regime de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados no Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor, com base em práticas atuariais correntes e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais adotadas nesta avaliação foram fundamentadas no estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras elaborado pela Atuarh Consultoria. Os resultados apresentados no relatório do estudo recomendam, à exceção da hipótese de Projeção de Crescimento Real de Salário, a manutenção das demais premissas atuariais adotadas na avaliação anterior (Quadro 1).

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31.12.2014

Hipótese	Valor
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios ao Longo do Tempo	97,40% (calculado conforme definido em Nota Técnica Atuarial adotando-se, como hipótese, inflação futura anual de 5%)
Composição da família de pensionistas	Família padrão composta de cônjuge de mesma idade do participante e de dois filhos válidos nascidos nas idades do participante correspondentes a 25 e 27 anos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Entrada em aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	IPCA (IBGE)
Projeção de Crescimento Real de Salário	Baseada no plano de cargo e carreira em hipóteses de progresso de função indicadas pelos patrocinadores – mudança na hipótese de evolução do AFC – Adicional de Função e Comissão (revisada a regra de projeção da função)
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada em 50%)
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC (suavizada em 50%)
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 com taxas de mortalidade suavizadas em 20% em todas as idades, Unisex (70% Masculina), projetada para 2014 com a aplicação da escala de redução futura “AA” segmentada por sexo nas probabilidades de morte

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31.12.2014 e considera 4.791 participantes ativos vinculados ao plano, sendo 66,5% do sexo masculino e 98,8% participantes procedentes do BNB. Na mesma posição, haviam nove benefícios concedidos não programados, sendo uma aposentadoria por invalidez e oito pensões (doze beneficiários).

O sistema de cálculo do custeio dos participantes do Plano CV I acessa diretamente a base cadastral da entidade que, mensalmente, recebe atualização das situações funcionais, cargos e funções de cada participante diretamente dos patrocinadores do plano. Durante o cálculo, são realizadas críticas de integridade dos dados. Caso alguma inconsistência seja encontrada, o sistema apresenta mensagem informando a impossibilidade de executar o cálculo e interrompe a execução. Nesta avaliação, nenhuma inconsistência foi encontrada.

A base utilizada para o cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada. A nova base de dados é comparada com a base do mês anterior e todas as alterações são confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Capef. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados, utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas, é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (duration) do passivo do plano está definida no item 1.4 do Anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, conforme alteração promovida pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014 e pelo disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04.02.2015. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV, obtém-se a duration do passivo do Plano CV I da CAPEF de 13,1 anos, ou 156,6 meses. Destaque-se que a diferença da duration calculada neste exercício em relação ao exercício de 2013 de 385 meses, deve-se à mudança de metodologia, principalmente por ser considerado, no cálculo desta avaliação, apenas o fluxo de benefício concedido, conforme orientação da citada Instrução PREVIC nº 19/2015, enquanto no cálculo do exercício anterior foram considerados os fluxos de benefício a conceder.

7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2015, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo foi reduzida de 5,60% para 5,30%, enquanto que a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, ficou mantida em 2,70%, conforme estudo de solvência do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Entidade aprovado pelos órgãos colegiados da Entidade em 2014.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2015 foi estimada em 17,57% (para 2014, a estimativa era de 17,08%) sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,80% (8,55% em 2014) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,03%, e de 8,77% (8,53% em 2014) para os patrocinadores.

As variações de custeio são explicadas principalmente pela mudança da premissa de evolução salarial da parcela de adicional de função em comissão - AFC.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos “participantes fundadores” do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15%.

Para tornar o processo de inscrição de recém-admitidos no BNB mais simples e ágil, os novos participantes desse patrocinador poderão ser admitidos no plano com a taxa de 7,50%. A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que foi feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 54,38% em 2014 em relação ao encerramento do exercício de 2013. Descontada a inflação do período (variação do IPCA), o aumento real foi de 45,08%. O aumento relativo maior observado nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorreu principalmente do número de pensões de ativo concedidas durante 2014.

Quadro 2 – Resultado do Plano em 2013 e 2014
Valores em R\$

Rubrica Contábil	2013	2014	Variação Nominal	Variação Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	171.856.387,04	265.324.408,57	54,39%	45,09%
(-) Provisões Matemáticas	171.853.017,39	265.302.973,41	54,38%	45,08%
Benefícios a Conceder	170.827.880,16	263.432.985,79	54,21%	44,92%
Benefícios Concedidos	1.025.137,23	1.869.987,62	82,41%	71,43%
(=) Resultado do Exercício	3.369,65	21.435,16	536,12%	497,80%
(=) Superávit Técnico	3.369,65	21.435,16	536,12%	497,80%
Reserva de Contingência	3.369,65	21.435,16	536,12%	497,80%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Em 31.12.2014 o plano CV I registrou um superávit de R\$ 21.435,16 (superávit de R\$ 3.369,65 em 31.12.2013), contabilizado em Reserva de Contingência. O resultado

superavitário do ano de R\$ 18.065,51 provém da utilização de recursos de R\$ 4.237,09 do Fundo de Solvência em janeiro, da rentabilidade dos investimentos acima da taxa de desconto atuarial e de ganhos atuariais de R\$ 8.410,00 decorrentes principalmente do falecimento dos dois aposentados por invalidez no ano.

9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- i) Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- ii) Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e
- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 3, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 22,47% em reais em 2014 enquanto que o saldo do Fundo de Solvência Atuarial cresceu 71,75% em reais.

Quadro 3 – Saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos e do Fundo de Solvência Atuarial

Fundo	31.12.2013		31.12.2014	
	Em quotas	Em R\$	Em quotas	Em R\$
Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	3.955.936,25	R\$ 5.060.444,72	4.298.816,26	R\$ 6.197.363,45
Fundo de Solvência Atuarial	2.228.748,42	R\$ 2.851.021,28	3.396.510,53	R\$ 4.896.560,18

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O crescimento menor observado no Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em relação aos crescimentos observados nos anos anteriores aconteceu em razão da mudança das tábuas de entrada em invalidez e mortalidade de válidos ocorrida no encerramento do exercício de 2013. Com a mudança, a chance dos recursos utilizados superarem os valores constituídos no ano aumenta, entretanto, esse risco é mitigado pelo saldo atual do fundo de R\$ 6,2 mi.

Para 2015, não há previsão de utilização de recursos desses fundos além dos aportes recebidos no ano.

Por fim, na posição de 31.12.2014 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 7.640.820,59. O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa de Investimentos conta com o saldo de R\$ 24.584,63 destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos assistenciais em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os benefícios de aposentadoria programada são calculados em função dos saldos acumulados no momento da aposentadoria e fruídos pelos participantes em duas fases distintas: na fase não mutualista de renda certa a prazo certo, com benefícios mensurados em quotas, e na fase mutualista de renda vitalícia, com benefícios expressos em moeda corrente.

Os portfólios previdenciais passivos relativos a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo são não mutualistas, e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais em virtude do emprego da moeda instrumental quota.

Já os portfólios previdenciais passivos de menor dimensão relativos a capitais complementares e a benefícios prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliados em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem integralmente no futuro.

O Plano CV I conta ainda com o Fundo de Solvência Atuarial. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir

do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O plano ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; ii) a constituição do fundo de solvência atuarial e iii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Pelo exposto, não existem riscos atuariais relevantes no plano.

11. CERTIFICAÇÃO

Os valores apurados de taxas de contribuição, as hipóteses atuariais e o regime financeiro adotados estão de acordo com as normas em vigor, com base em práticas atuariais correntes e adequados às características do plano de benefícios, tendo utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, eles retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as obrigações previdenciais totais do plano e apontam estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial verificado.

Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios são de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza conjuntural.

O resultado superavitário verificado em 31.12.2014 foi influenciado principalmente pela rentabilidade dos investimentos acima da taxa de desconto atuarial (fator conjuntural) e pela utilização de parte do Fundo de Solvência (fator estrutural). Em 31.12.2013, o resultado superavitário acumulado do Plano CV I de R\$ 3.369,65 foi classificado como de natureza estrutural.

Assim, o resultado superavitário acumulado do Plano CV I de R\$ 21.435,16, contabilizado como Reserva de Contingência no final do exercício, pode ser classificado como de natureza conjuntural.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2015.

Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA No 2.285

Sumário da Política de Investimento

Atendendo à Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades na divulgação de informações dos investimentos dos planos de benefícios administrados pelas EFPCs, a Caperf elabora e divulga o sumário da Política de Investimentos do Plano Benefício Definido (BD) e do Plano de Contribuição Variável (Plano CV I), cuja aprovação é de responsabilidade do seu Conselho Deliberativo, definindo as diretrizes da gestão dos recursos durante o período de 2015 a 2019. Em 30 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Caperf aprovou a Política de Investimentos da Entidade, objeto da Ata nº 234.

A elaboração da Política de Investimentos baseia-se em cenários apresentados por instituições financeiras, gestores terceirizados, gestores próprios e parceiros da Caperf durante o Seminário Anual de Investimentos. A partir do evento, a Diretoria-Executiva, os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal e as equipes de técnicos e gestores da Caperf e do BNB elaboraram um cenário macroeconômico.

A elaboração da Política de Investimentos da dos planos tem como objetivos principais: a) nortear a aplicação dos recursos; b) manter um instrumento de planejamento que proporcione uma definição efetiva das metas de retorno, tolerância ao risco e restrições legais e de mercado para os investimentos; c) propiciar o claro entendimento por parte de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com as atividades da Entidade, dos mecanismos e critérios adotados na aplicação de recursos; e d) proporcionar a existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias de investimentos empregadas na aplicação de recursos, conforme os parâmetros preestabelecidos.

Com base nesse cenário e nos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e grau de maturidade dos planos de benefícios, e ainda respeitando os critérios da Resolução nº 3.792, o Conselho Deliberativo da Caperf aprovou os limites de aplicação em cada segmento de investimento.

PLANO BD

Macroalocação dos Recursos

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da Capef e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano BD no ano de 2015:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF EM 30/11/2014 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
			INFERIOR (%)	SUPERIOR (%)
Renda Fixa	100	82,72%	66	100
Renda Variável	70	4,61%	0	6
Investimentos Estruturados	20	0,25%	0	10
Investimentos no Exterior	10	0,00%	0	0
Imóveis	8	9,62%	0	8
Operações com Participantes	15	2,79%	0	10

Limites por Modalidade de Investimento

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa e Multimercado

No segmento de Renda Fixa e Multimercado, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Limitar em 5,0% as aplicações do patrimônio do Plano BD da Capef em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capef, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;

ii) Limitar em 10,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano BD em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da Caped, conforme faculta o parágrafo 1º, do Art. 30 da Resolução 3792.

iii) Não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;

iv) Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;

v) Não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;

vi) Não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e distrito federal, exceto DPGE;

vii) Não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 25 maiores, em termos de patrimônio líquido, definido pelo ranking do Banco Central;

viii) Não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Para definição do porte dos bancos, utiliza-se o ranking do Banco Central, onde se estipula como regra para aquisições de LF, as 25 maiores instituições, em termo de patrimônio líquido, os demais, foram aqui considerados como sendo de pequeno e médio porte.

ix) O valor máximo de alocação em ações do Fundo Fortaleza Multimercado será de 10% do patrimônio do fundo.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

Para o segmento de Renda Variável, respeitado o limite de até 6% do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

i) Não aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação no segmento Novo Mercado, nível II ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29/05/2001;

ii) Não realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: distribuição pública de ações; exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício de bônus ou de recibos de subscrição e casos previstos na legislação em vigor e demais casos expressamente previstos nas resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional.

iii) Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de investimentos estruturados, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

i) Limitar em até 2% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário abertos;

ii) Limitar em até 10% a aplicação em Fundos Imobiliários originados a partir da carteira de imóveis do Plano BD;

iii) Limitar em até 2% as aplicações em cotas de fundos de investimento (FI) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos (FICFI) classificados como multimercado alavancado;

d. Restrições para o Segmento de Imóveis

Para o segmento de Imóveis, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

I. Limitar em até 8% as aplicações em Imóveis.

II. É vedada a aquisição de imóveis residenciais, exceto se expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo;

III. É vedada a aquisição direta de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

Para o segmento de operações com Participantes, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

i). Limitar em até 10% as aplicações em empréstimos a Participantes.

ii). As regras para realização de operações nesse segmento estarão dispostas na Política de Crédito da Entidade, para o Plano BD.

iii) Não contratar financiamentos imobiliários para Participantes, exceto nos casos de repactuação dos contratos existentes.

f. Restrições para o Segmento de Investimento no Exterior

Para o segmento de Investimento no Exterior, em relação aos recursos do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Serão observados os limites da legislação vigente;
- ii) As operações serão realizadas via fundos de investimentos; e
- iii) Somente serão realizadas operações classificadas no segmento investimento no exterior após aprovação específica do comitê de investimentos.

g. Restrições para operações com Instrumentos de Derivativos

A Capef usa os instrumentos de derivativos baseada em seus sistemas de controles internos que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação. Com relação à utilização de instrumentos de Derivativos serão observadas as seguintes restrições:

- I. para uso de derivativos, nas operações de Hedge, o depósito de margem fica limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo, conforme Res.3792;
- II. no caso de estratégias que não envolvam a finalidade de hedge, o depósito de margem fica limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo;
- III. o valor total dos prêmios de opções pagas ficará limitado a 5,0% do patrimônio do fundo em que a operação está sendo realizada.
- IV. tratando-se da carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira própria.

Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% ao mês, do patrimônio das carteiras e fundos gerenciados exclusivamente pela Capef, limitado ainda a 3% ao

ano, para as estratégias que envolvam operações de derivativos sem a finalidade de hedge. A área de risco e compliance monitora as posições dos fundos de investimentos e carteiras e avalia diariamente se os limites estão sendo respeitados.

Taxa Mínima Atuarial e Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

a. Meta de Rentabilidade para o Plano BD

Em 2013, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, divulgou a Resolução MPS/CNPC nº9, de 29/11/2012, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios será de no máximo:

I – 6% (seis por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2012;

II – 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2013;

III - 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2014;

IV - 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2015;

V - 5,0% (cinco por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2016;

VI - 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2017; e

VII - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes.

Ressalte-se que a regra da determinação da taxa máxima de desconto foi alterada novamente através da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, com efeitos, de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015 e de forma facultativa a critério da EFPC a partir de sua publicação. De acordo com a nova regra, a taxa de juros real anual do Plano BD estaria limitada ao intervalo compreendido entre 3,6% e 5,54%. Vale salientar a duration do Plano BD calculada pela metodologia da PREVIC é de 9,4 anos (demonstrações atuariais de 2013)

Para o total de ativos do Plano BD administrado pela Capef, a rentabilidade a ser perseguida para o ano de 2015, representada pela meta atuarial será equivalente a INPC + 5,5% a.a. O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se compatível com o perfil do benefício pago ao participante assistido da Entidade.

b. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos.

c. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

d. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Multimercado

Para os fundos Multimercados, que não fazem parte do segmento de Estruturados, o benchmark será a variação da meta atuarial acrescido de 0.75% a.a.

e. Meta de Rentabilidade para o Segmento de operações com participantes

A Carteira de Operações com Participante tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das Operações com os Participantes serão definidas na política de crédito da Entidade, para o Plano BD, que englobará as regras para realização dos EAP - Empréstimos a Participantes, bem como as regras de desinvestimento da carteira financiamento imobiliário.

f. Meta de rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A Carteira de Imóveis tem como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C – Índice Geral do Mercado Imobiliário – Comercial, divulgado pela FGV - Fundação Getulio Vargas.

g. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados as metas serão:

- a) Fundos Imobiliários: variação do IFIX;
- b) Fundos de Participação – FIP`s: cotação da NTN-B de mesmo prazo de vencimento do fundo, acrescido de um spread de 2% a.a.;
- c) Fundos multimercados do segmento de estruturados: meta atuarial acrescido de 2% a.a.

h. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos no Exterior

Os Fundos de Investimentos no Exterior terão como meta superar o BDRX –

Código de Ética

O Código de Ética direcionado a todos os profissionais da Capec foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os Participantes e funcionários através do site da Entidade e da Área de Relacionamento com Participantes. A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

Gestão Compartilhada

No modelo de gestão compartilhada, a Entidade realiza reuniões periódicas nas quais

participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de analisar, discutir e sugerir estratégias que envolvam a gestão dos recursos compartilhados.

Custos

No ano 2014, não houve redução nas taxas de administração dos fundos de investimentos da Capec. No que diz respeito às despesas de corretagem pagas nas operações de renda variável, a Capec obteve uma devolução média de 90% das referidas despesas. A tabela a seguir apresenta os valores das taxas de

FUNDOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PAGA (EM R\$) 2014	TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO QUE VIGORARÃO EM 2015 (%A.A.)
BNB - RF Empresarial	955.200,11	0,04%
BNB - RV Exclusivo	169.626,92	0,30%
BNB - Fundo de Cotas de Fundo de Ações FIC	15.424,87	0,025%
Itaú	86.374,48	0,40%
BTG Pactual	86.657,85	0,20%
SulAmérica	45.012,54	0,50%
FI Multimercado	122.354,91	0,10%
TOTAL	1.480.651,68	-

administração pagas durante o ano 2014, assim como os percentuais das taxas que vigorarão em 2015.

Gestão Própria

Para a gestão própria do Fundo Fortaleza Multimercado, fica estabelecido o limite máximo de 6% do total dos recursos do Plano BD da Capef.

O objetivo da gestão própria é superar a meta atuarial, sempre respeitando os limites estabelecidos na política de investimentos anual e as regras da Resolução 3.792 do CMN. Dessa forma, o foco da atuação está pautado na disciplina na tomada de decisão e rígido controle de risco, de forma a permitir a consistência de resultados no longo prazo.

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos.

A gestão da carteira de Imóveis será realizada pela Capef. Fica a critério da entidade a contratação de empresas ou corretores imobiliários para realizar atividades relacionadas a compra, venda ou locação dos imóveis.

A seleção de Investimentos Estruturados e de Investimento no Exterior será realizada pela própria Capef.

Contratação dos Administradores da Carteira de Renda Variável

Em 2014 não houve troca de gestor. Para o período de 2015 a 2019, a metodologia de seleção e avaliação de gestores de renda variável continuará sendo desenvolvida internamente. A metodologia de seleção pressupõe a revisão anual, ou a qualquer tempo, caso necessário. Atualmente, na gestão terceirizada, a Capef possui três administradores de renda variável: BTG Pactual, Itaú e SulAmérica; e, na gestão compartilhada, o BNB.

PLANO CVI

Macroalocação dos Recursos

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da Capef e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, além dos quesitos da Resolução nº

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF CVI EM 30/11/2014 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
			INFERIOR (%)	SUPERIOR (%)
Renda Fixa	100	91,33%	47	100
Renda Variável	70	3,45%	0	20
Investimentos Estruturados	20	2,72%	0	10
Investimentos no Exterior	10	-	0	3
Imóveis	8	-	0	8
Operações com Participantes	15	2,50%	0	12

Limites por Modalidade de Investimento

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3.792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

No segmento de Renda Fixa, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Limitar em 5,0% as aplicações do patrimônio do Plano CV I da Capef em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capef, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC;
- ii) Limitar em 30,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano CV I da Capef em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da Capef, conforme faculta o parágrafo 1º, do Art. 30 da Resolução 3.792.
- iii) Não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;

- iv) Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- v) Não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- vi) Não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e distrito federal, exceto DPGE;
- vii) Não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 25 maiores, em termos de patrimônio líquido, definido pelo ranking do Banco Central;
- viii) Não adquirir Letras financeiras de bancos pequenos e médios. Para definição do porte dos bancos, utiliza-se o ranking do Banco Central, onde se estipula como regra para aquisições de LF, as 25 maiores instituições, em termo de patrimônio líquido, os demais, foram aqui considerados como sendo de pequeno e médio porte.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

Para o segmento de Renda Variável, respeitado o limite de até 20% do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Não aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação no segmento Novo Mercado, nível II ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29/05/2001;
- ii) Não realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: distribuição pública de ações; exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício de bônus ou de recibos de subscrição e casos previstos na legislação em vigor e demais casos expressamente previstos na resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional.
- iii) Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados, o limite máximo de alocação será de 10%, observando as seguintes restrições:

- i) Limitar em até 10% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário;
- ii) Limitar em até 10% as aplicações em cotas de fundos de investimento e em

cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos classificados como multimercado alavancado;

iii) Limitar em 10% a aplicação em FIP`s (Fundos de Investimentos em Participações) e Fundos de Cotas em Fundos de Participações;

d. Restrições para o Segmento de Imóveis

Para o segmento de Imóveis, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Limitar em até 8% as aplicações em imóveis;
- ii) É vedada a aquisição de imóveis residenciais, exceto se expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo;
- iii) É vedada a aquisição direta de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio.

e. Restrições para o Segmento Operação com Participantes

Para o segmento de Operações com Participantes, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i). Limitar em até 12% as aplicações em Empréstimos a Participantes.
- ii). As regras para realização de operações nesse segmento estarão dispostas na Política de Crédito da Entidade para o plano CV I.

f. Restrições para o Segmento Investimento no Exterior

Para o segmento de Investimento no Exterior, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Serão observados os limites da legislação vigente;
- ii As operações serão realizadas via fundos de investimentos; e
- iii. Somente serão realizadas operações classificadas no segmento investimento estrangeiro após aprovação específica do comitê de investimentos.

g. Restrições para operações com Instrumentos de Derivativos

A Capef usa os instrumentos de derivativos baseada em seus sistemas de con-

troles internos que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação. Com relação à utilização de instrumentos de Derivativos serão observadas as seguintes restrições:

- i) Para uso de derivativos, nas operações de Hedge, o depósito de margem fica limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo, conforme Res.3.792;
- ii) No caso de estratégias que não envolvam a finalidade de hedge, o depósito de margem fica limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo;
- iii) O valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 5,0% do patrimônio do fundo em que a operação está sendo realizada.
- iv) Tratando-se da carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira própria.

Taxa Mínima Atuarial e Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

a. Meta de Rentabilidade para o Plano CV I

Em 2013, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, divulgou a Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012, que alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios será de no máximo:

- I – 6% (seis por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2012;
- II – 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2013;

- III - 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2014;
- IV - 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2015;
- V - 5,0% (cinco por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2016;
- VI - 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2017; e
- VII - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes.

Ressalte-se que a regra da determinação da taxa máxima de desconto foi alterada por meio da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, com efeitos, de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015 e de forma facultativa a critério da EFPC a partir de sua publicação. A duration do Plano CV I é de 32 anos (Demonstrações Atuariais de encerramento de 2013). A Taxa de juros Parâmetro da PREVIC é de 5,48% e o intervalo 3,83% a 5,88%.

Para o total de ativos do Plano CV I administrado pela Capef, a rentabilidade a ser perseguida para o ano de 2014, representada pelo IPCA + 5,5% a.a, mostra-se compatível com o perfil do benefício pago ao participante assistido da Entidade.

b. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar meta atuarial acrescida dos custos administrativos.

c. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50 + 1% a.a. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50 .

d. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados as metas serão:

- a.) Fundos Imobiliários: variação do IFIX;

- b.) Fundos de Participação – FIP´s: cotação da NTN-B de mesmo prazo de vencimento do fundo, acrescido de um spread de 2% a.a.
- c.) Fundos multimercados do segmento de estruturados: meta atuarial acrescido de 2% a.a.

e. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A carteira de Imóveis terá como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C – Índice Geral do Mercado Imobiliário – Comercial, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.

f. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Operações com Participantes

A Carteira de Operação com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar IPCA + 5,5% a.a acrescida dos custos administrativos. As características e regras das operações com os participantes serão definidas na política de crédito da Entidade, para o Plano CV I.

g. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos no Exterior

Os Fundos de investimentos no Exterior terão como benchmark superar o BDRX – Índice de BDRs Não Patrocinados - GLOBAL

Código de Ética

O Código de Ética direcionado a todos os profissionais da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários através do site da Entidade e da Área de Relacionamento com Participantes.

O Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade. A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco.

Gestão Compartilhada

No modelo de gestão compartilhada, a Entidade realiza reuniões periódicas nas quais participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de analisar, discutir e sugerir estratégias que envolvam a gestão dos recursos compartilhados.

Custos

No ano 2014, o Plano CV I apresentou R\$ 91.810,45 de custos, referentes à taxa de custódia, Selic/Cetip, CVM/CBLC, Corretagens/emolumentos e Outras.

Gestão Própria

A Diretoria da Capef, analisando a performance dos gestores, os recursos humanos e tecnológicos existentes na Entidade e a experiência na gestão própria de recursos chegou à conclusão de que existia viabilidade de gestão interna de uma parcela dos seus recursos alocados nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, tendo com principais vantagens:

- I. Redução das taxas de administração paga aos gestores externos, em virtude da transferência de parte dos recursos para gestão própria;
- II. Maior flexibilidade e agilidade na implementação e execução das estratégias de investimento;
- III. Aproveitamento de ferramentas e sistemas que propiciam presteza na gestão de ativos.

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos.

A seleção de Investimentos Estruturados e de Investimentos no Exterior será realizada pela própria Capef.

A gestão da carteira de Imóveis será realizada pela Capef. Fica a critério da Entidade a contratação de empresas ou corretores imobiliários para realizar atividades relacionadas à compra, venda ou locação dos imóveis.

Contratação dos Administradores da Carteira de Renda Variável

Para o período de 2015 a 2019, a metodologia de seleção e avaliação de gestores de Renda Variável continuará sendo desenvolvida internamente. A metodologia de seleção pressupõe a revisão anual, ou a qualquer tempo, caso necessário. Atualmente, o Plano CV I possui dois gestores externos de renda variável, BTG Pactual e o Banco do Nordeste.



Av. Santos Dumont, 771 - Centro
Cep: 60150-160 | Fortaleza - CE
www.capef.com.br